



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA**

MICHELY CRISTINA RIBEIRO

**UM HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA FLONA:
A FLORESTA NACIONAL DE CHAPECÓ (1960-1988)**

**CHAPECÓ
2020**

MICHELY CRISTINA RIBEIRO

**UM HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA FLONA:
A FLORESTA NACIONAL DE CHAPECÓ (1960-1988)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Samira Peruchi Moretto

**CHAPECÓ
2020**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Ribeiro, Michely Cristina
UM HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA FLONA: A FLORESTA
NACIONAL DE CHAPECÓ (1960-1988) / Michely Cristina
Ribeiro. -- 2020.
63 f.:il.

Orientadora: Doutora Samira Peruchi Moretto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2020.

1. Floresta Nacional. 2. História Ambiental. 3. Oeste
catarinense. 4. Reflorestamento. I. Moretto, Samira
Peruchi, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

MICHELY CRISTINA RIBEIRO

**UM HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA FLONA:
A FLORESTA NACIONAL DE CHAPECÓ (1960-1988)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 16/12/2020.

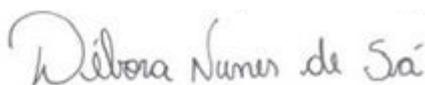
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Samira Peruchi Moretto - UFFS
Orientadora



Prof. Dr. Marlon Brandt - UFFS
Avaliador



Doutoranda Débora Nunes de Sá - UFSC
Avaliado

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho só foi possível pela colaboração de diversas pessoas. Primeiramente, agradeço à minha família, que tem me acompanhado e trilhado os caminhos ao meu lado desde sempre. Aos meus pais, Fabiana e Claudio, obrigada por sempre terem me cercado de amor e de tudo mais que eu precisei. À minha vó, Maria Salete, agradeço pelas tardes que passou ao meu lado, ajudando em todas as tarefas da escola, por ser minha maior incentivadora e por tudo que me ensina. À minha tia, dinda, amiga, quase irmã, Dani, por nunca ter soltado a minha mão, e pela revisão desse texto. Com muito carinho, também agradeço ao meu vô, Gladir, ao Marcio e minha outra avó, Maria Salete. Todos vocês me ensinam sobre estar junto e dar apoio. Amo vocês.

À Amanda (*in memoriam*), por ter sido a melhor amiga que eu poderia ter. De alguma forma, seguimos juntas em tudo o que eu me tornei nesses quase dez anos de amizade.

À professora Samira Moretto, agradeço por ter me orientado durante todo o percurso da graduação, por todas as oportunidades e pela amizade construída ao longo desses anos. Muito obrigada pelo apoio, incentivo e confiança.

Aos encontros felizes que a UFFS possibilitou. Em especial, agradeço ao Samuel, à Thalia, Jasmini, Jaqueline e Kathiane, por terem dividido tantos cafés, planos e conversas.

Agradeço aos meus colegas do Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS, por tantas tardes compartilhadas, seja na nossa sala, na biblioteca, ou nos arquivos. Principalmente, agradeço todos/as bolsistas de iniciação científica: à Adriana, Tailana, Taís, Raquel, Gabrieli. Em especial, ao Clóvis, que gentilmente colaborou com a elaboração de mapas usados na pesquisa. Ao Gerson, que viveu comigo a montanha-russa de ser provável formando em um ano pandêmico. Agradeço também aos demais colegas da história ambiental, que encontrei nos eventos ou nas reuniões conjuntas com os laboratórios LABIMHA/UFSC e LHA/UNICENTRO, que fomentaram diversas discussões relevantes.

Aos professores Marlon Brandt, Débora Nunes de Sá e Claiton da Silva, por terem aceitado participar da banca e contribuir com a construção desta pesquisa.

Aos funcionários do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina e da Floresta Nacional de Chapecó, pelo atendimento nas visitas de pesquisa aos acervos.

RESUMO

A paisagem da região Oeste do estado de Santa Catarina passou por uma transformação acelerada no início do século XX, conforme ocorria o processo de colonização. Caracterizada pela presença da Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Floresta Estacional Decidual (FED), a floresta foi explorada em função das atividades da indústria madeireira, ao mesmo tempo em que os locais desmatados possibilitaram a implementação de áreas de cultivo e criação de animais. A partir deste cenário, os debates sobre o esgotamento das florestas levaram à instituição de medidas, como a criação de parques florestais para a realização do reflorestamento. Entre as unidades criadas pelo Instituto Nacional do Pinho (INP), está o Parque Florestal João Goulart, instituído em 1961, no município de Chapecó. O objetivo da presente pesquisa consiste em analisar a criação da unidade e sua atuação até o ano de 1988, que antecede o período de aplicação do primeiro plano de manejo. Com a extinção do INP na década de 1960 e a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o Parque Florestal João Goulart passou a ser denominado Floresta Nacional de Chapecó, por meio da portaria nº 560 de 25 de outubro de 1968. Para atingir o objetivo proposto, partiu-se da abordagem proposta pela História Ambiental, sendo utilizados como fontes os periódicos regionais, documentos oficiais da FLONA, mapas e iconografia. A criação da FLONA de Chapecó ocorre em um contexto em que os plantios de araucária nos outros parques não contemplaram as expectativas de seus planejadores. Portanto, o uso extensivo de espécies exóticas faz parte das características observadas na unidade atualmente.

Palavras-chave: Floresta Nacional. História Ambiental. Oeste catarinense. Reflorestamento.

ABSTRACT

The landscape of the western region of the state of Santa Catarina underwent an accelerated transformation at the beginning of the 20th century, as the colonization process took place. Characterized by the presence of the Mixed Ombrophilous Forest (FOM) and Deciduous Seasonal Forest (FED), the forest was explored due to the activities of the timber industry, at the same time that the deforested places made it possible to implement areas for agriculture and animal breeding. Based on this scenario, the debates on the depletion of forests led to the institution of measures, such as the creation of forest parks to carry out reforestation. Among the units created by the Instituto Nacional do Pinho (INP) is the Parque Florestal João Goulart, established in 1961, in the municipality of Chapecó. The objective of this research is to analyze the creation of the unit and its performance until the year 1988, which precedes the period of application of the first management plan. With the extinction of INP in the 1960s and the creation of the Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Parque Florestal João Goulart came to be called the Floresta Nacional de Chapecó, through Ordinance No. 560 of October 25, 1968. To achieve the proposed objective, we used the approach proposed by Environmental History, using regional as sources regional newspapers, official FLONA documents, maps and iconography. The creation of FLONA de Chapecó takes place in a context in which araucaria plantations in other parks did not meet the expectations of their planners. Therefore, the extensive use of exotic species is part of the characteristics observed in the unit today.

Keywords: National Forest. Environmental History. Western of Santa Catarina. Reforestation.

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| Mapa 01 – Divisão política de Santa Catarina em 1927..... | 14 |
| Mapa 02 – Regiões fitoecológicas de Santa Catarina..... | 31 |
| Mapa 03 – Floresta Nacional de Chapecó, 1984 e 2020..... | 35 |
| Mapa 04 – Localização da Floresta Nacional de Chapecó..... | 45 |
| Mapa 05 – Floresta Nacional de Chapecó, 1988..... | 55 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 01 – Parque Florestal João Goulart, década de 1960..... | 49 |
| Imagem 02 – Faixa na entrada da FLONA Chapecó ao general Silvio Pinto da Luz, 1969... 51 | |
| Imagem 03 – Cerimônia simbólica de inauguração da FLONA Chapecó, 1969..... | 52 |
| Imagem 04 – Visita do presidente do IBDF às instalações da FLONA de Chapecó, 1969.... | 53 |
| Imagem 05 – Vista da Floresta Nacional de Chapecó, 1969..... | 54 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano

FED – Floresta Estacional Decidual

FOM – Floresta Ombrófila Mista

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFFSC – Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina

INP – Instituto Nacional do Pinho

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 FLORESTA NA HISTÓRIA: DA TEORIA AO OESTE CATARINENSE | 21 |
| 2.1 HISTÓRIA AMBIENTAL: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA | 21 |
| 2.2 AS FLORESTAS DO SUL DO BRASIL E HISTÓRIA AMBIENTAL | 24 |
| 2.3 “PINHEIROS DE GROSSURA E ALTURA ESTONTEANTES”: DESCRREVENDO A FLORESTA NO OESTE DE SANTA CATARINA..... | 29 |
| 3 IDEIAS DE NATUREZA: PATRIMÔNIO OU RECURSO? | 37 |
| 3.1 PENSANDO A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL...37 | |
| 3.2 CONTEXTO DA CRIAÇÃO DOS PARQUES | 41 |
| 4 FLORESTA NACIONAL DE CHAPECÓ | 45 |
| 4.1 CRIAÇÃO DO PARQUE FLORESTAL JOÃO GOULART | 45 |
| 4.2 ATUAÇÃO E SILVICULTURA (1960 A 1988) | 48 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 56 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 58 |
| FONTES | 61 |

1 INTRODUÇÃO

Em 18 de julho de 2000, foi promulgada a Lei nº 9.985, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A partir da referida lei, foram estabelecidos critérios para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. De acordo com dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)¹, atualmente existem 334 Unidades de Conservação (UCs) federais no Brasil, as quais abrangem os biomas Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e também áreas marinhas. As unidades de conservação são divididas em dois grandes grupos de acordo com a sua finalidade: áreas de proteção integral ou de uso sustentável. Para além da importância das UCs, no que diz respeito à preservação ambiental e desenvolvimento científico, é necessário analisar o contexto de sua criação para compreender a relação que se estabelece entre as unidades e as comunidades nas quais elas estão inseridas. Entre as UCs, algumas são de criação recente. Porém, há algumas que foram enquadradas nessas categorias de UC, mas foram criadas há mais tempo, antes mesmo da formatação da legislação sobre essas áreas, assim, as mesmas, nem sempre mantiveram a mesma função ao longo dos anos².

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar a criação da Floresta Nacional de Chapecó (FLONA Chapecó), que foi estabelecida na década de 1960, tendo a função de conciliar a conservação da natureza e o uso sustentável de recursos naturais reforçada a partir da aplicação do Plano de Manejo de 2013³. A unidade em questão foi instituída inicialmente como Parque Florestal João Goulart, em 1961, pelo Instituto Nacional do Pinho (INP). Com a extinção do INP, suas atribuições foram realocadas para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Assim, os parques florestais passaram a ser denominados como Florestas Nacionais. No caso do Parque Florestal João Goulart, sua criação, enquanto floresta nacional, ocorreu, conforme consta no decreto, por meio da portaria nº 560 de 25 de outubro de 1968, com o nome de Floresta Nacional de Chapecó. Atualmente, a FLONA Chapecó faz parte da categoria de unidade de uso sustentável, definida pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, como “exploração do ambiente de maneira a garantir a

¹ <http://www.icmbio.gov.br/portal/>

² Com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, por meio da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, as unidades de conservação foram estabelecidas como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em 1 de nov. de 2019.

³ O plano de manejo é o documento que estabelece as diretrizes para o funcionamento de cada unidade de conservação referente ao seu planejamento, uso e manejo dos recursos naturais. No caso da Floresta Nacional de Chapecó, o Plano de Manejo anterior foi instituído em 1989. O Plano de Manejo de 2013 foi realizado de forma a ajustar o plano anterior, adequando-o aos novos objetivos que constam no SNUC.

perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”⁴.

Ao longo da graduação, pude participar como bolsista de iniciação científica de projetos de pesquisa vinculados ao Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS, buscando investigar o processo de transformação da paisagem na região Oeste Catarinense durante a segunda metade do século XX. As temáticas de pesquisa englobavam questões como desmatamento, reflorestamento e inserção de espécies vegetais exóticas. O envolvimento nessas pesquisas, coordenadas pela professora Samira Peruchi Moretto, levou a questionar o que foi feito ou não para preservar e conservar os remanescentes florestais na região. A partir disso, com o reconhecimento de que, no presente, a FLONA Chapecó atua como uma unidade de conservação de uso sustentável, surgiu a motivação para desenvolver esta monografia, pensando em compreender o histórico da unidade.

A Floresta Nacional de Chapecó tem sido objeto de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento, como geografia, ciências biológicas e ciências ambientais⁵. Entretanto, existe uma lacuna para interpretar a FLONA Chapecó a partir de uma perspectiva histórica. Desse modo, este estudo pretende, através da prerrogativa da História Ambiental de entender as relações entre sociedades e meio ambiente, analisar a criação da unidade. Como problema central da pesquisa está a compreensão dos motivos que levaram à criação de uma Floresta Nacional na região de estudo, durante um período de grande exploração da floresta, perpassando pela análise de como a FLONA atuou durante seus primeiros anos de funcionamento. O recorte temporal se estabelece entre os anos de 1960 e 1988. O marco inicial corresponde ao momento que antecede a criação do Parque Florestal João Goulart. Por sua vez, a escolha pelo período final do estudo é pautada pelo reconhecimento da Mata Atlântica como patrimônio nacional, que ocorreu por meio da promulgação da Constituição

⁴ BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.

⁵ Entre algumas das pesquisas realizadas na Floresta Nacional de Chapecó a partir dessas áreas do conhecimento nos últimos anos, podem ser elencadas as seguintes: SPIES, Madianita Crippa Skovronski. **Efeito de borda sobre dois fragmentos da Floresta Nacional de Chapecó, Santa Catarina**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia). UFFS, Chapecó, 2017. EIDT, Ivan Luís Kirchner. **Análise da chuva polínica na Floresta Nacional de Chapecó**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia). UFFS, Chapecó, 2015. ALCANTARA, Rachel Palhares. **A conversão de um plantio de *pinus* na Floresta Nacional de Chapecó/SC: chuva de sementes e a sinúsia arbórea**. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental). UFFS, Erechim, 2018. SCHMIDT, Camila Isabel. **Levantamento da fauna de mamíferos de médio e grande porte da Floresta Nacional de Chapecó**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Biológicas). Unochapecó, Chapecó, 2017. GENZ, Leone. **Chuva de sementes e predação e remoção pós-dispersão de diásporos de espécies arbóreas anemocóricas na Floresta Nacional de Chapecó, Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Unochapecó, Chapecó, 2017.

Federal de 1988, o que resultou na reorganização do parque e do plano de manejo publicado no ano seguinte. Após a publicação do Plano de Manejo, houveram mudanças consideráveis no uso e manutenção da FLONA, que serão analisadas num estudo futuro.

Em relação à região analisada, é possível constatar que o Oeste catarinense é objeto de estudo de diferentes pesquisadores, os quais vêm debatendo questões como a formação de colônias e o processo de colonização, a vinda de migrantes, as populações indígenas e caboclas originárias deste local. Em 2017, na ocasião do centenário de Chapecó, a publicação do livro “Chapecó 100 anos: histórias plurais” reuniu textos de historiadores/as e colaboradores de outras áreas, muitos dos quais são referências bastante conhecidas em estudos regionais, que analisam diferentes perspectivas da história de Chapecó. A publicação demonstra que mesmo havendo uma grande quantidade de trabalhos que evidenciam o Oeste catarinense, as possibilidades de um outro olhar sobre o mesmo tema ainda estão longe de ser esgotadas. Dessa forma, analisar a região a partir de uma perspectiva proposta pela História Ambiental permite ampliar os debates construídos até então. Outros estudos sobre o Oeste catarinense foram realizados a partir dessa abordagem teórico-metodológica, em sua maioria com enfoque nos anos em que a colonização da região ocorreu. Assim, o intervalo que vai da segunda metade do século XX aos dias atuais representa um espaço que necessita de novos estudos.

Para possibilitar maior compreensão do período proposto por esse estudo, cabe fazer algumas considerações a respeito da ocupação humana na região. O território que hoje pertence ao Oeste catarinense foi disputado por um longo período, ora entre Brasil e Argentina através da chamada Questão de Palmas ou Misiones⁶, ora nacionalmente pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Em 1917, com a definição dos limites, novos municípios foram criados. Dessa forma, em 1927 os municípios catarinenses eram divididos conforme pode ser observado no Mapa 01. Com a criação do município de Chapecó, a imigração para o local passou a ser incentivada pelo governo como forma de garantir a legitimidade de posse da região. Para isso, o governo do Estado concedeu terras devolutas às companhias colonizadoras, as quais ficaram encarregadas por dividir essas terras em lotes que seriam vendidos aos colonos.

⁶ Após anos, o conflito só foi solucionado em 1895, quando o presidente estadunidense Grover Cleveland apresentou laudo arbitral favorável ao Brasil. MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, José; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. P. 167-189.

dos lotes não encontrasse obstáculos, os indígenas e caboclos, muitas vezes, foram expropriados dos locais que ocupavam. Vicenzi assinala que “expulsar os moradores, caboclos e índios, tornar-se proprietário, explorar as terras compradas e tituladas, povoar, colonizar, extrair riquezas eram processos que prosseguiram, num novo patamar, a ocupação das terras no Brasil, desde os anos 1530”⁷.

As populações caboclas que habitavam a região, ocupavam as terras pelo regime de posse e tinham o costume de separar as “terras de criar” das “terras de plantar”.⁸ Como a criação dos porcos era feita à solta, as chamadas terras de plantar ficavam localizadas mais afastadas das casas, para que os porcos não invadissem as áreas de cultivo, principalmente de milho. Essa forma de organização, de acordo com Silva, Brandt e Moretto resultava do fato de que “sucessivas levas populacionais passaram a adotar, ressignificar e construir práticas sociais e espaciais condizentes com o meio, desenvolvendo o conhecimento sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização de seus recursos”⁹.

Os colonos que chegaram à região possuíam descendência alemã e italiana, e grande parte desses imigrantes vieram do Rio Grande do Sul¹⁰. Ao estudar sobre a migração de colonos para o Oeste catarinense, a historiadora Eunice Sueli Nodari¹¹ defende o ponto de que o encontro entre os diferentes sujeitos que se instalaram na região foi acompanhado de um processo de renegociação de seus costumes e práticas, principalmente a partir da década de 1930, quando as políticas governamentais de Getúlio Vargas passaram a prezar pelo nacionalismo.

As potencialidades que a região oferecia, no que diz respeito à natureza, eram ressaltadas pelas companhias colonizadoras para incentivar a venda dos lotes, mencionando a fertilidade das terras, existência de fontes de água que permitiam a instalação de moinhos, entre outras características. No período da colonização, a extração madeireira ocorreu para dar espaço para as atividades agropecuárias, possibilitando que as áreas até então ocupadas pelas árvores pudessem ser utilizadas para os cultivos e criação de animais. A extração desses vegetais dependia do contrato estabelecido, pois poderia ser feita pelas próprias companhias

⁷ VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008. p. 54.

⁸ RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 2006.

⁹ SILVA, Claiton Marcio; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. P. 186.

¹⁰ NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

¹¹ Ibidem.

colonizadoras ou pelos colonos que compravam os lotes. Para Brandt e Nodari¹², com a chegada dos colonos, era feita a derrubada das florestas para iniciar a lavoura que possibilitasse a comercialização de produtos, caracterizando uma mudança na relação com a floresta observada até então na região.

Neste período, a venda de madeiras era importante para a movimentação da economia, e a abundância dos recursos naturais favoreceu a instalação da indústria madeireira no Oeste catarinense. Além disso, a inserção de novas tecnologias, como a motosserra, também foi um dos fatores que possibilitou a intensificação na extração vegetal¹³. A partir da segunda metade do século XX, o destaque econômico da região passou a ser composto pelas atividades ligadas ao setor agroindustrial. Apesar disso, a relevância econômica da extração vegetal ainda era grande na década de 1960.

A intensidade da exploração madeireira levou a debates sobre o esgotamento das florestas. Ao longo do século XX, o uso da madeira em grande escala desencadeou preocupações a respeito da possibilidade de crise do setor madeireiro por falta de matéria-prima. A mobilização de empresários ligados a esse nicho de atividades motivou a criação do Instituto Nacional do Pinho (INP), na década de 1940. Em 15 de setembro de 1965, foi promulgado o Código Florestal por meio da Lei nº 4.771. Ainda na década de 1960, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) substituiu o antigo INP. As medidas e regulamentações oficiais da época também envolveram questões relativas ao meio ambiente.

Com esta pesquisa, pretende-se ampliar os debates construídos sobre a região até o presente momento, seguindo a proposta da História Ambiental de analisar as relações entre humanos e não humanos. A História Ambiental constituiu-se, conforme Drummond, como “uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos, o geológico (ou natural) e o social”¹⁴, influenciada pela mudança de unidades de medida do tempo nas ciências naturais. Além de José Augusto Drummond, diversos outros autores aprofundaram os estudos em História Ambiental nas últimas décadas, contribuindo para o desenvolvimento desta pesquisa como base teórica.

Segundo Worster,

¹² BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

¹³ NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs). **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. P. 35-53.

¹⁴ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 180.

a história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas.¹⁵

Considerando que o Oeste catarinense está inserido na região de abrangência da Mata Atlântica, a obra do historiador Warren Dean¹⁶ é de grande importância para este estudo. Em seu livro “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”, o brasilianista faz uma análise de longa duração sobre a destruição da floresta. Inicia abordando as primeiras relações entre seres humanos e meio ambiente, com a presença de caçadores-coletores, e constrói uma pesquisa densa que vai até os anos finais do século XX, ressaltando as diferenças entre cada fase de devastação. A relevância do trabalho de Dean também se destaca por contribuir para a consolidação da pesquisa em História Ambiental no Brasil. O livro permanece bastante atual para a compreensão da transformação da paisagem brasileira.

Conforme a pesquisa de Warren Dean destaca, a Mata Atlântica é uma floresta com características peculiares em cada região em que se desenvolve, e por isso o autor precisou realizar um recorte geográfico para sua análise. Desse modo, algumas áreas são abordadas com menor ênfase neste livro, como é o caso do “extremo norte da floresta, acima dos treze graus sul, ou do segmento montanhoso ao sul dominado por coníferas”¹⁷. Neste sentido, as questões menos estudadas por Dean serviram como motivação para novas pesquisas.

A partir da criação do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a região sul passou a ser pesquisada mais profundamente. Trabalhos de historiadores como Eunice Nodari¹⁸, Jó Klanovicz¹⁹, Marcos

¹⁵ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 199.

¹⁶ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁷ *Ibidem*, p. 28.

¹⁸ NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 241-260.

¹⁹ KLANOVICZ, Jó. **Natureza Corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)**. Tese (Doutorado em História). UFSC, Florianópolis, 2007.

Gerhardt²⁰, Marlon Brandt²¹, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho²², Samira Peruchi Moretto²³, Susana Cesco²⁴, entre outros, enriqueceram o debate sobre as transformações na paisagem da região. Exemplo disso pode ser encontrado no livro “História Ambiental no Sul do Brasil: apropriações do mundo natural”, que reúne onze estudos de caso sobre as interações entre humanos e não humanos no Sul do Brasil²⁵. Junto de outras obras organizadas pelo mesmo grupo de pesquisadores, como “História Ambiental e Migrações: Diálogos” e “Desastres Socioambientais em Santa Catarina”, a área de estudos em História Ambiental vem sendo consolidada no estado²⁶. Por esse motivo, são referências importantes para pensar este trabalho.

Uma das pesquisas vinculadas ao referido laboratório corresponde à dissertação de mestrado realizada por Samira Peruchi Moretto, que analisa o processo de reflorestamento na região de Lages, entre 1960 e 1990²⁷. Destaca-se a importância deste estudo para o desenvolvimento da pesquisa sobre a FLONA Chapecó pelo fato de enfatizar o uso de uma espécie exótica, o *pinus spp*, para o reflorestamento, tendo em vista o objetivo de manter as atividades da indústria madeireira. No caso da FLONA, também se percebe a preferência dada ao reflorestamento com espécies exóticas.

Embora as Florestas Nacionais representem um tema ainda pouco estudado pelo viés da História Ambiental, a dissertação de Débora Nunes de Sá sobre a Floresta Nacional de Passo Fundo constitui uma referência fundamental para auxiliar na compreensão da criação das unidades pelo INP²⁸. Em sua pesquisa, Sá analisa a trajetória histórica do Parque Florestal José Segadas Viana, posteriormente também transformado em Floresta Nacional, buscando

²⁰ GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. Tese (Doutorado em História). UFSC, Florianópolis, 2013.

²¹ BRANDT, Marlon. **Uma História Ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História). UFSC, Florianópolis, 2012.

²² CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. Tese (Doutorado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

²³ MORETTO, Samira Peruchi. **A domesticação e a disseminação da feijoa (*Acca sellowiana*) do século XIX ao século XXI**. Tese (Doutorado em História) UFSC, Florianópolis, 2014.

²⁴ CESCO, Susana. **Floresta, Agricultura e Cidade: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX**. Tese (Doutorado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

²⁵ KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de. (Orgs.). **História ambiental no sul do Brasil: Apropriações do mundo natural**. São Paulo: Alameda, 2012.

²⁶ NODARI, Eunice Sueli; GERHARDT, Marcos; MORETTO, Samira P.. **História Ambiental e Migrações: Diálogos**. Chapecó/São Leopoldo: Ed. UFFS e Editora Oikos, 2018. NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva (orgs.). **Desastres Socioambientais em Santa Catarina**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

²⁷ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990)**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

²⁸ SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011**. Dissertação (Mestrado em História). UPF, Passo Fundo, 2017.

ainda compreender as transformações na paisagem da região abrangida pela FLONA. Outra pesquisa que está em desenvolvimento é a de Ancelmo Schörner, o qual estuda o Parque Florestal Manoel Enrique da Silva, atualmente denominado como Floresta Nacional de Irati²⁹.

Analisando um contexto mais amplo, a História Ambiental que está sendo produzida no Brasil conta com pesquisadores de diferentes universidades. Por isso, o diálogo entre eles contribui para desenvolver o debate em nível nacional. Os livros “História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza” e “História ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade” são resultados das pesquisas de parte destes historiadores, representando diversas temáticas que abrangem o estudo entre sociedade e natureza³⁰. José Augusto Pádua, Sandro Dutra e Silva, José Augusto Drummond, Lise Sedrez, José Luiz de Andrade Franco e Regina Horta são alguns dos nomes que se somam aos citados anteriormente, entre os autores que desenvolvem estudos voltados à História Ambiental.

Para viabilizar a realização da pesquisa, serão utilizadas diferentes fontes, em alguns momentos retrocedendo o período de análise deste estudo para possibilitar melhor compreensão do contexto da região. Conforme ressalta Donald Worster³¹, a História Ambiental não necessariamente utiliza apenas materiais novos, muitas vezes apenas reorganiza documentos que eram utilizados como fonte pela história anteriormente. Nos periódicos regionais, buscaremos notícias ou anúncios que possam ser relacionados com o cenário ambiental da região. Entre os periódicos pesquisados, encontram-se: A Voz de Chapecó, O Imparcial, Folha d’Oeste, Diário da Manhã e O Jornal Catarinense. Todos estes estão disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), em Chapecó. Tania de Luca, ao abordar diversos aspectos que influenciam na utilização dos jornais como fontes, atenta para o fato de que “o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”³².

Além disso, outras fontes utilizadas são: a legislação, iconografia, e documentos variados encontrados no arquivo da Floresta Nacional de Chapecó. As fotografias utilizadas já

²⁹ SCHÖRNER, Ancelmo. **A Natureza Insubmissa e as vulnerabilidades da monocultura**: o caso da colonialidade da natureza no Parque Florestal Manoel Enrique da Silva (Irati-PR): 1950-1960. Apresentação de trabalho. XVIII Encontro Estadual da ANPUH-SC, 2020.

³⁰ FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental**: territórios, fronteiras e biodiversidade. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

³¹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

³² LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 140.

estavam digitalizadas. O acervo não está totalmente catalogado, portanto os principais documentos acessados correspondem aos da compra das terras em que foi instalado o Parque Florestal João Goulart³³.

Dessa forma, ao longo do primeiro capítulo serão apresentados alguns aspectos teóricos sobre a História Ambiental, possibilitando compreender como se constitui e sua contribuição para a análise do objeto em pesquisa. Os estudos de História Ambiental sobre as florestas do sul do Brasil também contribuem para o entendimento de seus usos e das transformações pelas quais passaram ao longo do tempo. Além disso, o capítulo também compreende a caracterização dos aspectos relativos ao meio ambiente encontrados na região. Para isso, a interdisciplinaridade, que é necessária na História Ambiental, será de grande importância para compreender melhor os processos de transformação da paisagem, possibilitando o entendimento das características ambientais a partir do diálogo com as ciências naturais.

No segundo capítulo serão abordados tópicos referentes à construção do pensamento ambiental no Brasil, de forma a identificar as visões de natureza que existiam no período em que a unidade em estudo foi instituída. Também será analisado o contexto de criação dos Parques Florestais e Florestas Nacionais em âmbito nacional.

Por sua vez, o terceiro capítulo aprofunda o estudo sobre a criação da Floresta Nacional de Chapecó, utilizando como fontes os documentos disponíveis no arquivo da FLONA. Ademais, pretende-se compreender a atuação regional da unidade em questão no período de 1960 e 1988, analisando a realização dos projetos de reflorestamento promovidos por meio da FLONA.

³³ Devido ao estado de deterioração do acervo da FLONA, está em andamento o projeto de extensão “Organização e catalogação do acervo documental da Floresta Nacional de Chapecó (FLONA)”, coordenado pela professora Dra. Samira Peruchi Moretto, e vinculado ao Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS. O projeto conta com a atuação voluntária dos membros do Fronteiras, que trabalham na higienização dos documentos, realização de pequenos reparos e catalogação do acervo.

2 FLORESTA NA HISTÓRIA: DA TEORIA AO OESTE CATARINENSE

2.1 HISTÓRIA AMBIENTAL: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O surgimento da História Ambiental enquanto disciplina acadêmica não pode ser considerado de forma simplista. É, de fato, o resultado de diversos aspectos que envolvem as ciências humanas e naturais, as mudanças no próprio fazer historiográfico e a relevância alcançada pelo debate ambiental entre o público mais amplo. Desse modo, para compreender como os estudos guiados por esse viés teórico-metodológico estão sendo estruturados, torna-se relevante o entendimento dos fatores que influenciaram sua organização. Para isso, ao longo deste tópico serão abordados alguns aspectos que convergem para a análise do meio ambiente na história.

Worster³⁴ destaca que por muito tempo os seres humanos foram excluídos dos estudos sobre o ambiente. A partir de meados do século XX, a questão ambiental ultrapassou os limites acadêmicos, estando presente nas demais esferas da sociedade. Ao longo deste período houve o fortalecimento do conservacionismo em âmbito internacional, sendo consolidado pela Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Nesse contexto, é possível destacar o livro “Primavera Silenciosa”, escrito pela bióloga Rachel Carson, em um conjunto de preocupações originadas pela ligação entre pesquisa e política. A obra foi publicada em 1962, e teve grande repercussão também fora da academia, impulsionando o movimento ambientalista. As pressões populares que foram instigadas pela pesquisa de Carson resultaram na proibição do pesticida Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT).

A contribuição das ciências naturais, além de possibilitar o entendimento de fenômenos naturais, também é importante para pensar sobre a dimensão temporal a partir do tempo geológico, que muitas vezes extrapola o tempo social consolidado. O geógrafo David Harvey³⁵ argumenta que espaço e tempo são concebidos por meio de processos materiais, influenciando na vida social. Embora muitas vezes sejam consideradas categorias naturais, tempo e espaço são subjetivos, e sua representação implica em determinada visão de mundo. A respeito da ideia de ampliar o marco temporal da história humana, Pádua³⁶ reforça que não é necessário sempre trabalhar com a longa duração, mas sim não ignorar que, em alguma

³⁴ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

³⁵ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

³⁶ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 17-37.

medida, as grandes escalas estão presentes nos fenômenos – tanto nos aspectos biofísicos quanto na formação de sociedades que interagem com eles.

A História Ambiental, que se estruturou a partir dos anos 1970, também se relaciona com a modernidade da questão ambiental. Nesse sentido, considerando os processos que levaram à construção de uma sensibilidade ambiental, a presença do mundo natural em pesquisas sociais e humanas pode ser notada em períodos anteriores. Não se trata de atribuir aos autores anacronicamente o título de historiadores ambientais, mas de considerar que o ambiente já estava sendo abordado em seus estudos.

No Brasil, dois historiadores bastante reconhecidos desenvolveram reflexões ambientais em áreas diferentes: Gilberto Freyre, na historiografia de regiões, e Sérgio Buarque de Holanda, com a historiografia sobre fronteiras e expansão territorial³⁷. Também é possível perceber o interesse no entendimento das relações entre natureza e sociedade nos ensaios de Euclides da Cunha e Oliveira Vianna³⁸.

No século XXI, o fortalecimento das redes de colaboração entre historiadores ambientais brasileiros possibilitou que o país fosse sede de importantes eventos mundiais. Regina Horta Duarte³⁹ destaca alguns destes, sendo eles o 4º Simpósio da Sociedade Latino-Americana e Caribenha de História Ambiental (2008), o 3º Congresso Mundial de História Ambiental (2019), e as cinco edições do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, realizadas desde 2010. A articulação das pesquisas em História Ambiental no Brasil torna-se enriquecida pela variedade de regiões e objetos de estudos proporcionada pela amplitude nacional. Assim, Duarte⁴⁰ também ressalta estudos que versam sobre cultura e natureza, florestas tropicais, agricultura e outros temas contemplados pelas diversas coleções publicadas.

Entretanto, o caminho percorrido entre a consideração da presença do meio ambiente na história até a consolidação da História Ambiental foi facilitado pelo diálogo com outras áreas do conhecimento. Para além do fato de que os cientistas naturais estiveram à frente do questionamento cronológico proposto pelo Velho Testamento, embora o tempo seja um

³⁷ Ibidem.

³⁸ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

³⁹ DUARTE, Regina Horta. The State of the Art of Brazilian Environmental History. **White Horse Press**, 2019. Disponível em: https://whitehorsepress.blog/2019/11/01/the-state-of-the-art-of-brazilian-environmental-history/?fbclid=IwAR0TEae-VYaVsYd6mjpA7DCpv1D0JYth_aGGODpcnB1w-ekuo8cW0oXgVtc. Acesso em: 24 de nov. de 2019.

⁴⁰ Ibidem.

instrumento básico dos historiadores, Drummond⁴¹ também destaca o pioneirismo dos cientistas naturais na liderança de movimentos ambientalistas, propondo que a sociedade e a cultura fossem compreendidas em termos ecológicos. Entre os cientistas sociais, os antropólogos estiveram entre os primeiros, ainda no século XIX, a refletir sobre o comportamento humano relacionado com o mundo natural. Por esse motivo, Worster⁴² aponta para a importância dos trabalhos de antropólogos e sociólogos no entendimento da História Ambiental.

O historiador José Augusto Pádua⁴³ compreende que o estabelecimento da História Ambiental como um campo de conhecimento está relacionado com fatores sociológicos e epistemológicos. Em relação ao primeiro aspecto, destaca-se a emergência de uma consciência ambiental popular, em que o ambientalismo se evidencia como movimento histórico. Por outro lado, os fatores epistemológicos envolvem três mudanças principais no modo de entender o meio natural:

1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive a ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.⁴⁴

O entendimento das relações construídas historicamente entre seres humanos e não humanos tem sido o objeto de estudo da História Ambiental. De acordo com Donald Worster, a compreensão de que a terra atua como um agente histórico implica em uma ampliação da perspectiva da disciplina, levantando outros tipos de questões para a História e diferentes formas de delimitar o recorte das pesquisas, que muitas vezes extrapolam os tradicionais limites de fronteiras políticas ou nacionais. Por esse motivo, José Augusto Drummond destaca a ligação entre a história ambiental e a história regional, já que costuma utilizar um recorte com foco em regiões de alguma “homogeneidade ou identidade natural”⁴⁵. Além disso, outros aspectos metodológicos apontados por Drummond são a utilização das ciências naturais para compreender as características físicas e ecológicas do local estudado; a busca pelo entendimento a respeito de recursos úteis ou inúteis para as sociedades, partindo do princípio

⁴¹ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

⁴² WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

⁴³ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 17-37.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 19.

⁴⁵ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 181.

de que o recurso natural só existe a partir de uma identificação cultural; a possibilidade de utilizar as mais variadas fontes para analisar de que forma as sociedades interagiram com o ambiente; e, por fim, a realização de trabalhos de campo, transformando a paisagem em um documento a ser lido e utilizado como fonte.

Mais especificamente, o principal objetivo da História Ambiental está centrado no “entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”⁴⁶. Ainda para o autor, as questões que a História Ambiental se dedica a investigar podem ser analisadas em três grupos, não necessariamente abordados em uma mesma pesquisa: o entendimento da natureza propriamente dita, o domínio socioeconômico e as estruturas de significação estabelecidas em relação à natureza. Partindo disso, Pádua reforça que “o ponto teórico essencial, de qualquer forma, se encontra na necessidade de combinar, de maneira aberta e interativa, os três níveis mencionados antes”⁴⁷.

Portanto, a compreensão das relações entre sistemas sociais e sistemas naturais engloba diversos temas de pesquisa. Entre eles, a presente monografia se associa aos estudos sobre áreas de floresta, bem como a respeito de unidades de conservação. Desse modo, os níveis de análise propostos por Worster⁴⁸ são contemplados para que se possa entender a influência dos meios biofísico, social e cultural envolvidos na criação da FLONA Chapecó.

2.2 AS FLORESTAS DO SUL DO BRASIL E HISTÓRIA AMBIENTAL

Os trabalhos sobre as áreas de florestas têm se destacado como temática de estudos da História Ambiental. As florestas presentes na região sul do Brasil de modo geral apresentam aspectos históricos que se assemelham e se relacionam com o contexto observado no oeste de Santa Catarina. Além disso, a presença significativa da araucária, associada a diferentes formações vegetais, também representa uma característica que se estende pelos três estados que compõem o sul brasileiro, bem como parte da Argentina. Esse elemento possibilitou a intensificação da atividade madeireira no sul do país, uma vez que a exploração se torna mais regular pelo caráter mais uniforme da floresta⁴⁹. Sendo assim, estudos desenvolvidos por

⁴⁶ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 200.

⁴⁷ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 36.

⁴⁸ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

⁴⁹ CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 1, 2008. p. 39.

outros pesquisadores nos auxiliam na compreensão dos processos de colonização e desmatamento da região em estudo.

Ao longo do século XIX, viajantes europeus que estiveram no Brasil publicaram seus relatos apresentando diversos aspectos das regiões por onde passaram, inclusive suas percepções e descrições detalhadas sobre o ambiente. Normalmente, os relatos de viajantes nos proporcionam dados que não são encontrados com frequência em outros documentos, pois os povos nativos possuíam tradição oral e não escrita, além do fato de eles não descreverem aspectos do seu dia a dia. Já os viajantes, por não estarem em um ambiente ao qual eram acostumados, descrevem-no de forma que o público ao qual seu escrito está destinado possa compreender as diferenças. Entre estes europeus, Eunice Nodari apresenta os relatos de dois alemães que estiveram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, Robert Ave-Lallemant e Maximiliano Beschoren, nos quais destacam suas impressões sobre a floresta com araucárias. De acordo com a autora, ambos “demonstram o deslumbramento com a natureza, especialmente a floresta, além de apontarem os obstáculos a serem enfrentados pelos futuros colonos”⁵⁰.

Os objetivos de os relatos de viajantes europeus serem publicados estavam relacionados com a divulgação de informações sobre as regiões brasileiras onde se instalaram colônias para a vinda de imigrantes, seja pela finalidade propagandística ou para fornecer dados mais técnicos. Com a chegada dos colonos na região das florestas com araucárias e a implantação das colônias, as dinâmicas de uso da terra passaram por significativas transformações. Ao estudar a construção da territorialidade por comunidades tradicionais na floresta de araucária de Santa Catarina, Brandt e Nodari analisaram práticas sociais, espaciais e econômicas construídas pelas populações caboclas da região⁵¹. Segundo os autores, o conjunto desses aspectos resulta em uma identificação de pertencimento territorial. Além da divisão de terras de plantar e terras de criar, como abordado anteriormente, outras técnicas agrícolas compreendiam a abertura de roças na floresta, a rotação de terras e a prática da coivara. Com o avanço do processo de colonização, as famílias caboclas “foram alvos não somente da expropriação, mas também da desqualificação de suas formas de acesso e uso da terra, enquanto foram exaltadas as virtudes dos colonos, principalmente de origem germânica e italiana, em relação à valorização do trabalho e suas práticas agrárias”⁵². O discurso de

⁵⁰ NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 242.

⁵¹ BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

⁵² *Ibidem*, p. 88.

responsabilização dos caboclos pela devastação das matas também é destacado por Carvalho. A respeito da prática da derrubada e queimada de áreas de floresta, o autor aponta que:

O que devemos considerar é que um método agrícola que num contexto histórico pode ser considerado sustentável ou menos agressivo à floresta, em outro pode ser considerado um dos mais terríveis para o meio ambiente. [...] Ou seja, um método agrícola que conviveu bem com a Mata Atlântica e a floresta com araucária em particular por milhares de anos, finalmente no século XX se revelou insustentável.⁵³

Em relação aos empecilhos que seriam encontrados pelos colonos, imigrantes europeus e seus descendentes, podemos considerar que durante muito tempo, a floresta era vista como uma barreira para a implementação da agricultura e criação de animais. Diferente da forma como os caboclos conviviam com a floresta, a qual contribuía até mesmo para a criação dos animais, os colonos buscavam realizar a derrubada das matas o quanto antes, para iniciar outras atividades. Essa tarefa envolvia, muitas vezes, todos os membros da família⁵⁴. Conforme apontam Cabral e Cesco⁵⁵, a indústria madeireira passa a atingir maior relevância a partir de 1920, contando com melhorias técnicas e de transporte da produção. Antes desse período, as araucárias derrubadas, para que fosse implantada a lavoura, eram utilizadas na construção de casas e para outras finalidades cotidianas. A partir disso, foram instaladas as primeiras serrarias primitivas, sendo que “o beneficiamento da madeira dava-se em um regime de domesticidade e não visava a exportação ou a venda para outros núcleos coloniais”⁵⁶.

Já no início do século XX, a indústria madeireira no Rio Grande do Sul se destaca nas importações do estado. A organização dos industriais que atuavam no setor facilitou a resolução de problemas que até então dificultavam o desenvolvimento da indústria⁵⁷. O crescimento das atividades madeireiras acompanhou a busca por novas áreas de floresta, na medida em que as antigas regiões esgotavam o potencial de exploração da araucária. Com isso, a região oeste de Santa Catarina atraiu tanto pequenos madeireiros quanto empresas de grande porte⁵⁸. Ao analisar discursos e mensagens de governadores, Moretto afirma que a derrubada das matas foi incentivada pelos governantes catarinenses, que tinham o estado do

⁵³ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Os fatores do desmatamento da floresta com araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. **Esboços** (UFSC), v. 18, p. 32-52, 2011. p. 36.

⁵⁴ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

⁵⁵ CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 1, 2008. p. 33-48.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 40.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 241-260.

Paraná como exemplo em relação à exportação madeireira⁵⁹. Assim, em 1947, havia 115 serrarias que realizavam o corte de madeira de pinheiro em Chapecó⁶⁰.

Além da indústria madeireira, Carvalho⁶¹ inclui outras duas atividades humanas ao conjunto de fatores responsáveis pelo desmatamento da floresta com araucárias: a agropecuária e o uso da lenha. Apesar de serem três atividades distintas, elas nem sempre podem ser dissociadas uma da outra. Ainda assim, Carvalho reuniu dados que permitem estimar os impactos provocados por cada um desses fatores. Conforme afirma o autor, a expansão agropecuária pode ser considerada como o fator que teve mais impacto na floresta com araucária, mesmo sendo complexo avaliar a extensão dos danos das atividades agropecuárias. Em relação ao uso da lenha, Carvalho destaca sua função como principal combustível e fonte de energia no Brasil até meados dos anos 1960, ainda que o uso doméstico e industrial quase não tenha sido registrado. Por esse motivo, o historiador avalia a extensão desse fator a partir de uma estimativa do consumo de lenha na região de araucária, relacionada com o desmatamento e com a população localizada na região. Como resultado, é possível perceber que o aumento do consumo de lenha acompanhou o crescimento populacional da região no século XX. Analisando também questões relativas ao processo de colonização e ocupação do território, Carvalho conclui que

Portanto, considerando que a população humana estava largamente espalhada pela região da araucária e as cidades eram pequenas, havia um consumo e extração de lenha bastante pulverizados. No entanto, isso ajuda a explicar por que as florestas com araucária mais preservadas que ainda restam nos dias de hoje estão nas mãos de fazendeiros, de grandes proprietários de terras, como é o caso da região de General Carneiro e Palmas, no Paraná, pois os pequenos lotes de terras não favoreciam a preservação de grandes áreas contínuas de floresta e também não interessava ao agricultor manter áreas de floresta primária, com árvores grossas, uma vez que estas poderiam ser vendidas às serrarias.⁶²

Na região oeste de Santa Catarina, a segunda metade do século XX compreende um período de expansão do setor agroindustrial. A suinocultura representa um dos ramos que fortaleceu as agroindústrias a partir da transição de criação de porcos para o fornecimento de banha para a produção de carne, que contou com introdução de novas raças, investimento para pesquisas sobre melhoramentos genéticos e no incentivo para que a produção passasse a

⁵⁹ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010. p. 94.

⁶⁰ NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 255.

⁶¹ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Os fatores do desmatamento da floresta com araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. **Esboços** (UFSC), v. 18, p. 32-52, 2011.

⁶² *Ibidem*, p. 44.

ocorrer em larga escala⁶³. De acordo com os autores Moretto e Brandt, neste período o principal destino da madeira extraída na região não era mais as serrarias, pois o crescimento de outros setores econômicos resultou na necessidade de fornecimento de lenha em maior escala para atender a demanda destes, como é o caso da agroindústria⁶⁴.

As mudanças apontadas por Brandt e Nodari⁶⁵ no modo de se relacionar com a terra, a partir da derrubada das florestas para o estabelecimento das lavouras, também se inserem no contexto mundial de transformações na forma de produção de alimentos. Ponting⁶⁶ destaca que as mudanças em relação à agricultura tradicional estabelecida em cada região refletem a expansão europeia. Sistemas que foram construídos ao longo de muitos anos e que permitiam, de certo modo, um modelo de cultivo mais autossustentável foram substituídos por outros, aplicados de forma mais geral e sem considerar as especificidades de cada ambiente, o que acaba por aumentar a vulnerabilidade dos ecossistemas.

Esse contexto de desmatamento das florestas do sul do Brasil também influencia a região deste estudo, pois estes fenômenos que influenciaram a transformação da paisagem no Oeste catarinense estão ligados aos fatores que colaboraram para que na região fosse instituído um parque florestal, posteriormente sendo renomeado para floresta nacional. O esgotamento das florestas no Rio Grande do Sul impulsionou o aumento da exploração madeireira no Oeste catarinense, onde está localizada a Floresta Nacional de Chapecó. Portanto, a região também esteve envolvida na exploração da floresta com araucária. Por esse motivo, a falta de matéria-prima para ser beneficiada no futuro era uma preocupação que se estendia aos madeireiros locais. Ao mesmo tempo, o debate sobre o reflorestamento não era unânime sobre a decisão de a quem caberia realizá-lo. Em matéria publicada no jornal Folha d'Oeste, em 1969, pequenos serradores posicionam-se contrariamente à obrigatoriedade de reflorestar:

Antecipam, pois, que se não existissem essas serrarias coloniais, as madeiras, fruto de derrubadas destinadas às lavouras, ficariam ao léu do tempo e apodrecendo. Justificam, ainda, os serradores coloniais que a madeira serrada não se destina ao comércio, pois é sabido que os próprios agricultores a utilizam em edificações próprias (casas, galpões, chiqueiros, etc.) e, por isso, os serradores coloniais não são os autores da derrubada. Mas, ante a Lei, são obrigados a reflorestar, sob pena de fecharem suas serrarias, com enormes prejuízos pessoais e para a comunidade. Em suma, essas serrarias desempenham papel idêntico ao dos moinhos coloniais. Através dessa manifestação, transmitimos nosso pensamento de que a reivindicação

⁶³ MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229-254, jan./abr. 2019.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

⁶⁶ PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

dos serradores coloniais é justa, meritória e aceitável, mas, para o Governo Federal não há outra alternativa: o reflorestamento precisa ser feito, é patriótico, necessário. Seria utópico e impraticável exigir o reflorestamento do próprio agricultor. Pareceria proibi-lo de abrir novas lavouras. E como o serrador é parte interessada, embora remotamente, nada melhor domque êle próprio reflorestar. E sem prejuízos, pois o investimento aplicado, além dos incentivos fiscais que utiliza, renderá lucros fabulosos.⁶⁷

Desse modo, além das atividades de reflorestamento realizadas pela FLONA Chapecó, que serão analisadas em outro capítulo, também era enfatizado sobre a necessidade de participação da iniciativa privada garantir lucros futuros a partir do plantio de espécies vegetais. Para ter acesso ao incentivo fiscal, mencionado na notícia acima, deveriam ser seguidos os parâmetros direcionados pelos órgãos responsáveis. Por exemplo, para o ano de 1971, a Portaria 1.546 do IBDF definiu que

Art. 3º - No caso de participação múltipla, por qualquer de suas formas, o IBDF só aceitará, no exercício de 1971, ano base de 1970, para posterior análise, projetos que visem reflorestar área mínima efetiva de 200,00 hectares, respeitado o mínimo individual de 10.000 árvores anuais, exigido pela legislação em vigor.⁶⁸

Assim, a implementação do reflorestamento representa outra atividade que resultou na transformação ambiental da região das florestas com araucárias. Para compreender as mudanças ocorridas nos sistemas naturais da região, é necessário, como bem aponta Donald Worster⁶⁹, iniciar pela reconstituição do ambiente, buscando perceber o funcionamento de suas estruturas antes da presença humana, assim dialogando com as ciências naturais. O entendimento dos aspectos naturais da região auxilia na percepção de como o ambiente foi moldado a partir do interesse antrópico, até resultar na configuração que a paisagem da FLONA Chapecó apresenta atualmente.

2.3 “PINHEIROS DE GROSSURA E ALTURA ESTONTEANTES”: DESCRREVENDO A FLORESTA NO OESTE DE SANTA CATARINA

“A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. Hervaes que irrompem na pequena roçada feita para a picada”⁷⁰. Essa foi a descrição feita por Arthur Ferreira da Costa a respeito

⁶⁷ Reflorestamento para pequenos serradores. **Folha d’Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 19 de julho de 1969, ano VI, n. 207, p. 4.

⁶⁸ Portaria 1.564. **Folha d’Oeste**. Chapecó, 08 de agosto de 1970, ano VII, n. 258, p. 8.

⁶⁹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

⁷⁰ COSTA, 1929 apud CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. p. 42.

de um dos trechos da viagem do governador Adolfo Konder⁷¹ e sua comitiva ao Oeste catarinense⁷², em 1929. Partindo de Florianópolis e alcançando como destino o Oeste, visitando regiões de fronteira com o Rio Grande do Sul, a Argentina e o Paraná, a viagem aparece com frequência nos documentos do período como “bandeira”, o que reforça o sentido de integração da região presente na motivação do percurso. Portanto, o relatório de viagem escrito por Arthur Ferreira da Costa versa sobre temas, principalmente, no campo político e no que diz respeito à ocupação do território. Além disso, trechos como o que está transcrito no início deste parágrafo discorrem sobre as características do meio ambiente dos locais por onde a comitiva passou.

A exuberância da natureza destacada por Ferreira da Costa reflete o pertencimento da região ao Bioma Mata Atlântica. De acordo com Dean⁷³, calcula-se que esse complexo florestal abrangia cerca de um milhão de quilômetros quadrados, sendo composto por grande diversidade de fauna e flora que a tornam destaque mesmo entre outras florestas tropicais. A evolução da Mata Atlântica levou milhões de anos, retraindo ou expandindo seus limites de acordo com períodos glaciais ou de calor, o que está relacionado com a diversidade da floresta. Considerando que “o processo de formação de espécies talvez fosse estimulado pelas fases de encolhimento da floresta para os *refugia*, com base no princípio de que o isolamento é pré-requisito para a formação de espécies”⁷⁴. Como resultado desses longos e complexos processos de formação, a Mata Atlântica destaca-se não apenas pela sua diversidade, mas também por abrigar grande número de espécies endêmicas, ou seja, que se desenvolveram apenas nesse local. Considerando apenas as espécies arbóreas, “mais de metade era endêmica. Outros 8% eram compartilhadas com a Floresta Amazônica”⁷⁵.

A região de abrangência do bioma Mata Atlântica passou por diversas transformações motivadas pela ocupação das áreas de floresta, o que resultou na redução de sua área, principalmente após a chegada dos europeus. Da interação entre homens e mulheres com o meio ambiente decorre o que Warren Dean afirmou que é possível chamar de história de exploração e destruição, uma vez que o mundo natural é reduzido à paisagem domesticada ou

⁷¹ No período em que a viagem foi realizada, o termo empregado para designar o governo estadual correspondia a Presidente do estado de Santa Catarina.

⁷² Com a definição de limites entre os estados de Paraná e Santa Catarina, em 1917 foram criados os municípios de Chapecó, Cruzeiro (atual Joaçaba), Mafra e Porto União. O município de Chapecó correspondia a uma área de quase 14.000 km², abrangendo dos limites com o município Cruzeiro até a fronteira com a Argentina. Ao longo do século XX, Chapecó se desmembrou em diversos outros municípios, mas no período da viagem do governador Konder, Chapecó representava toda a região Oeste.

⁷³ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

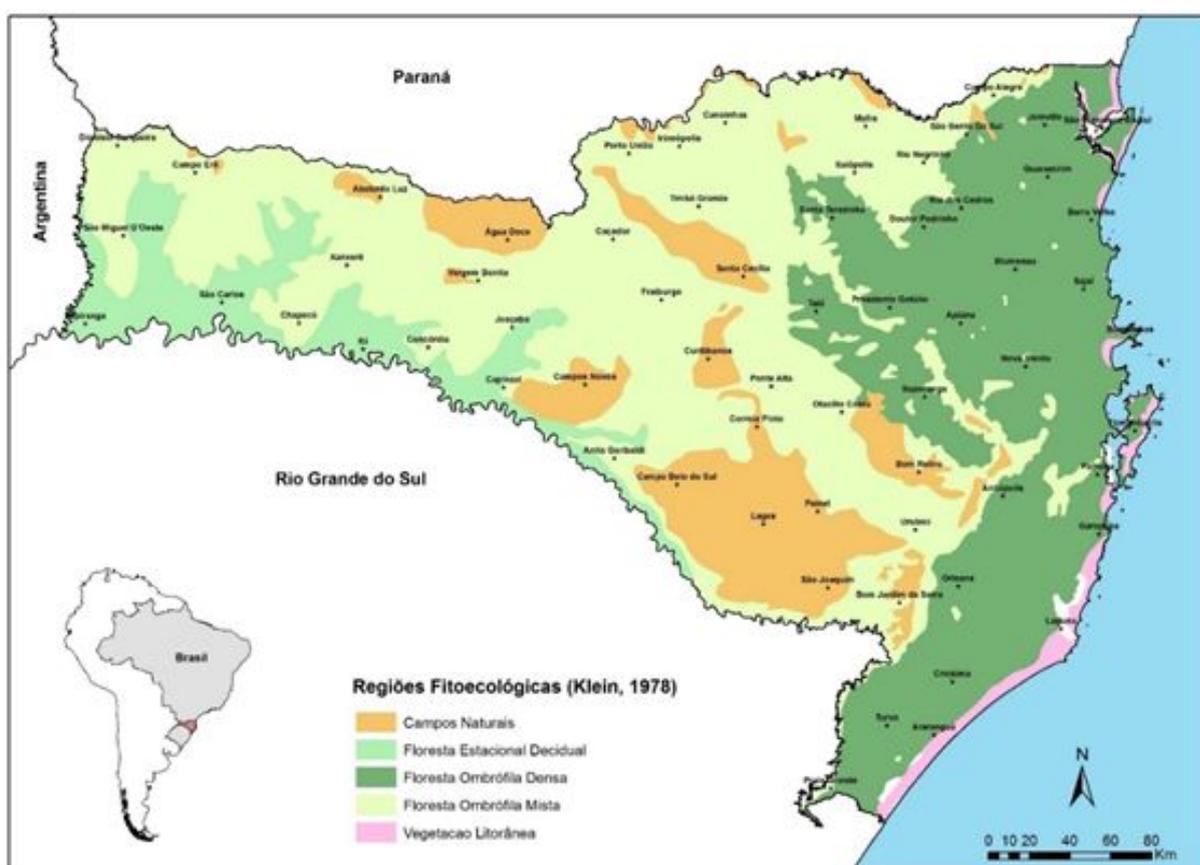
⁷⁴ *Ibidem*, p. 36.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 33.

espaço, pois “para viver no meio da floresta, os moradores da floresta necessariamente a derrubam”⁷⁶.

O mesmo fato pode ser relatado no estado de Santa Catarina, com o aumento no desmatamento sendo observado a partir dos processos de colonização. No Oeste, pode-se localizar temporalmente esse aspecto nas primeiras décadas do século XX, com a chegada das companhias colonizadoras e de serrarias e madeireiras. As características do meio natural foram relevantes para a ocupação da região. No Oeste, estão presentes a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED), dispostas conforme o Mapa 02.

Mapa 02 – Regiões fitoecológicas de Santa Catarina.



Fonte: Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.iff.sc.gov.br/mapas>. Acesso em 5 dez. 2020.

Em Santa Catarina, a FED foi estabelecida depois da FOM e dos campos e está situada ao longo do rio Uruguai e seus afluentes, entre as altitudes de 150 e 800 metros⁷⁷. Estima-se que sua extensão original no estado correspondia a 7.946 km², enquanto levantamentos recentes indicam que, em 2008, apenas 1.231,10 km² ainda eram remanescentes. Com isso, a

⁷⁶ Ibidem, p. 30.

⁷⁷ GASPER, André Luís de et al. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Estacional Decidual. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, 2013. p. 427-443.

cobertura da FED que antes correspondia a 8% da superfície catarinense, hoje alcança menos de 1,5%⁷⁸. Os remanescentes dessa tipologia florestal são poucos e bastante fragmentados, sendo que a maior parte é encontrada em áreas de até 50 hectares. Além disso, nas amostras coletadas entre setembro de 2008 e maio de 2009 para o Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (IFFSC) não foram encontradas 36 espécies arbóreas catalogadas em levantamento anterior, do ano de 1979, o que indica a possibilidade de extinção regional das espécies em questão⁷⁹.

Em relação à Floresta Ombrófila Mista, as estimativas são de que sua área original era de 42.851,56 km², ou seja, 45% da superfície do Estado. Atualmente, encontra-se reduzida a 24,4% da sua extensão original, o que corresponde a 13.741,3 km², 14,4% da área de Santa Catarina. Assim como a FED, os remanescentes da FOM são fragmentados, sendo que 55% destes estão em áreas de até 20 hectares⁸⁰. Comparando com o mesmo levantamento realizado em 1979, as amostras analisadas pelo IFFSC não encontraram 39 espécies citadas anteriormente como de ocorrência na FOM, das quais “dez espécies foram amostradas pelo IFFSC somente na Floresta Ombrófila Densa e uma destas e duas outras constam do banco de dados *SpeciesLink* (2012) como coletadas na FOM de Santa Catarina nos últimos 20 anos, mas sem registros recentes”⁸¹.

As características da Floresta Ombrófila Mista compreendem a localização no Planalto Meridional brasileiro, com ocorrência em regiões sem período seco, com temperaturas médias anuais relativamente baixas⁸². Na bacia do rio Uruguai, entre as altitudes de 500 a 800 metros, o clima é identificado por quatro meses quentes e quatro meses frios, com temperaturas médias entre 12,7°C e 21,8°C⁸³. A FOM se destaca pela presença da araucária no estrato emergente, com variação de espécies no sub-bosque de acordo com as características de cada

⁷⁸ VIBRANS, Alexandre Christian; McROBERTS, Ronald Edward; MOSER, Paolo; LINGNER, Débora Vanessa; NICOLETTI, Adilson Luiz. Extensão original e remanescentes da Floresta Estacional Decidual em Santa Catarina. In: VIBRANS, Alexandre Christian; SEVEGNANI, Lucia; GASPER, André Luís de; LINGNER, Débora Vanessa (eds.). **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**: Floresta Estacional Decidual. V. 2. Blumenau: Edifurb, 2012. p. 25-31.

⁷⁹ GASPER, André Luís de et al. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Estacional Decidual. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, 2013. p. 427-443.

⁸⁰ VIBRANS, Alexandre Christian; McROBERTS, Ronald Edward; LINGNER, Débora Vanessa; NICOLETTI, Adilson Luiz; MOSER, Paolo. Extensão original e remanescentes da Floresta Ombrófila Mista em Santa Catarina. In: VIBRANS, Alexandre Christian; SEVEGNANI, Lucia; GASPER, André Luís de; LINGNER, Débora Vanessa (eds.). **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**: Floresta Ombrófila Mista. V. 3. Blumenau: Edifurb, 2013. p. 25-31.

⁸¹ GASPER, André Luís de et al. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Ombrófila Mista. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, 2013. p. 206.

⁸² LEITE, Pedro Furtado. Contribuição ao conhecimento fitoecológico do sul do Brasil. **Ciência & Ambiente**, v. 24, p. 51-73, 2002.

⁸³ KLEIN, Roberto Miguel. Os tipos florestais com *Araucaria* em Santa Catarina. **Anais do XXXVI Congresso Nacional de Botânica**, Curitiba-1985. Brasília: IBAMA, 1990. p. 101-119.

região. Devido à cor escura da folhagem do pinheiro, recebe a denominação de “mata preta”⁸⁴. Outros nomes também atribuídos à FOM são Floresta de Araucárias, Mata de Araucária, zona de pinhais, entre outros.

Em meio as espécies que compõem a FOM, e que foram registradas no levantamento do IFFSC, a araucária (*Araucaria angustifolia*), o butiá (*Butia eriospatha*), a imbuia (*Ocotea porosa*) e a canela-sassafrás (*Ocotea odorífera*) estão presentes na lista de espécies ameaçadas de extinção⁸⁵. O botânico Roberto Miguel Klein, que desenvolveu importantes pesquisas sobre a vegetação catarinense⁸⁶, observa a presença dessas espécies na região oeste de Santa Catarina:

Era verdadeiramente impressionante observar, como em quase todo o oeste catarinense o subosque era dominado pela imbuia, que imprimia a estes pinhais, um aspecto fitofisionômico próprio e uniforme, impressionando ao mesmo tempo, o desenvolvimento dos pinheiros, que sobressaíam por diversos metros, sobre as majestosas copas das imbuías, cedros, angicos, canelas, cabreúvas e outras árvores altas, caracterizando decididamente toda a região.⁸⁷

A cobertura vegetal da região também foi observada pelo agrônomo e ecologista Lourival Bastos de Menezes. A descrição da vegetação e do solo correspondem ao trajeto do município de Cruzeiro (Joaçaba) até Chapecó e apresenta a diversidade das características ambientais percebidas ao longo de sua viagem. No relato veiculado no jornal O Imparcial, em 1952, Menezes também nomeia a maioria das espécies relacionadas acima:

Pude enumerar as seguintes associações e situações geobotânicas 1) Campo do Irani; 2) Fachinais ralos, entremeados com os campos anteriores; 3) Vegetação com aspecto de “cerrados”, em Ponte Serrada; 4) Fachinal típico, em Fachinal dos Guedes; 5) Manchas ou formações de mandioca brava, adiante de Xaxim; 6) Manchas de mataria primitiva com mato... branco em vários logares; 7) Grupos de pinheiros finos, de cerca de 0,40 de diâmetro, não aproveitáveis para taboados e sim, para “linhas de construção”- em fachinal magro; 8) Butiazeiros junto com campo, ou associado ao pinhal escasso, ou enfim, dentro do mato baixo e pouco sombreado; 9) Orla de pinhal de primeira qualidade, densa, e, mais ou fundo, “mato branco” puro ou com pinhal; 10) Manchas do solo com erva-mate; 11) campos magros, secos, com “barba de bode”, muito erodados; 12) Mistura de campo fraco, erval, pinhal e mato bom; 13) idem e fachinal comum; 14) Fachinal com imbuías muito grossas (solo parecido com as “caivas” de Rio Negrinho 15) Pastos artificiais; 16) Timbosais espontâneos (*Piscidia erylhrina*, V).⁸⁸

O texto escrito por Menezes é de caráter mais técnico, concluindo sobre a formação dos solos e rendimento de culturas na região. Com o desmatamento intenso, o cenário que

⁸⁴ Ibidem, p. 104.

⁸⁵ GASPER, André Luís de et al. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Ombrófila Mista. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, 2013. p. 201-210.

⁸⁶ Juntamente com Raulino Reitz, Klein trabalhou na construção da obra Flora Ilustrada Catarinense.

⁸⁷ KLEIN, Roberto Miguel. Os tipos florestais com *Araucaria* em Santa Catarina. **Anais do XXXVI Congresso Nacional de Botânica**, Curitiba-1985. Brasília: IBAMA, 1990. p. 104.

⁸⁸ MENEZES, Lourival Bastos de. Cobertura Vegetal e perfis de solo do Município de Chapecó – Sta. Catarina. **O Imparcial**: Jornal Independente. Chapecó, 8 de junho de 1952, ano II, n. 63, p. 2 e 3.

pode ser observado hoje na região se diferencia do descrito em 1952. Não obstante, ainda antes desse período existiam leis relacionando as espécies acima mencionadas, como reforça o agente florestal de Chapecó por meio de edital publicado no jornal A Voz de Chapecó, em 1940:

dando cumprimento ao determinado pelo Decreto-Lei nº 132 de 11 de Julho de 1938 e para que não seja oportunamente alegado ignorancia, chamo atenção de todos quantos interessar póssa, para o art. 4º do Decreto citado que assim se expressa: “é obrigatório o replantio das *florestas de rendimento* de composição heterogenea, povoadas de essencias de valôr economico, como embuia, canela, pinho, cedro, peroba e outras que venham a ser declaradas”.⁸⁹

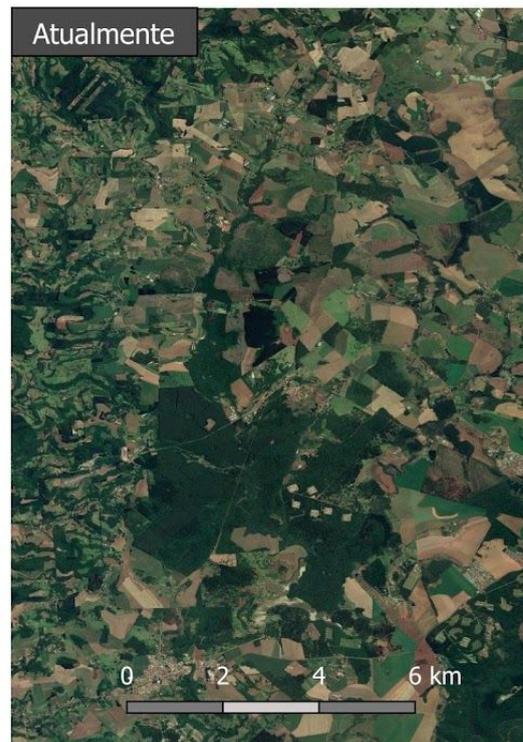
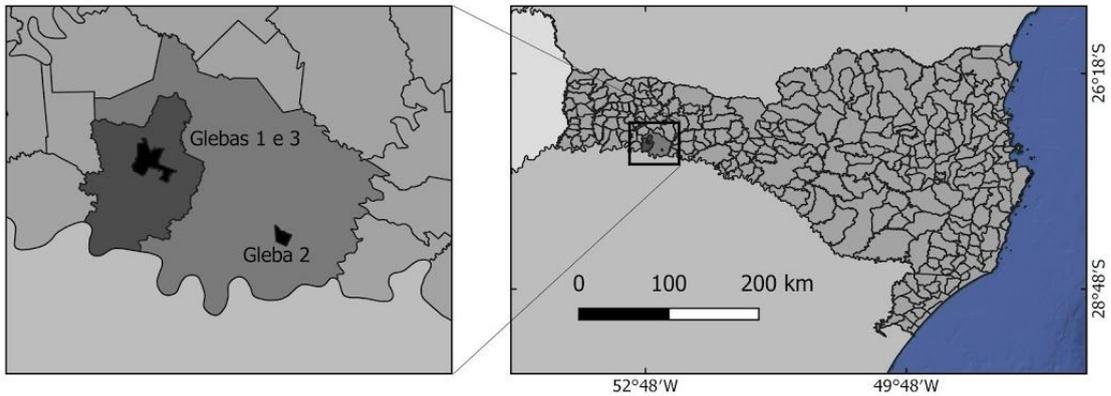
Apesar disso, a legislação nem sempre foi cumprida. Cabe destacar também que a classificação de florestas de rendimento, presente no trecho acima, refere-se a um dos quatro tipos de florestas expressos no Código Florestal de 1934. A nomenclatura atribuída a essa classificação destaca a finalidade de exploração da floresta, não contemplando um viés de preservação das espécies citadas.

O Mapa 03, elaborado a partir de imagens de satélite, corresponde à região no entorno das glebas 1 e 3 da Floresta Nacional de Chapecó, nos anos de 1984 e de 2020. Ambas imagens permitem observar como a fragmentação florestal relatada por meio do IFFSC se manifesta na abrangência da região deste estudo, entrelaçando áreas destinadas à agricultura e ao espaço urbano com áreas de remanescentes florestais.

Mapa 03 – Floresta Nacional de Chapecó, 1984 e 2020.

⁸⁹ SERPA, Salustiano. **Edital**. A Voz de Chapecó. Chapecó, 12 de maio de 1940, ano I, n. 44, p. 2, grifo nosso.

Comparação entre a Flona de Chapecó em 1984 e atualmente



LEGENDA

- Floresta Nacional de Chapecó
- Município de Guatambú
- Município de Chapecó



Datum SIRGAS 2000. Fontes da Base Cartográfica e Unidades de Conservação: IBGE (2017). Imagens de Google Satellites (QuickMapServices) e Google Earth Pro. Elaborado por C. A. Cassaro e M. C. Ribeiro (dez. 2020)

Fonte: Imagens Google Earth. Adaptado por Clóvis Alceu Cassaro e Michely Cristina Ribeiro. 2020.

Apesar de as imagens de satélite aparentarem um aumento da área de florestas mais densas, é necessário considerar que isso se deve ao plantio de monocultura de árvores, tanto nativas quanto exóticas, o que não corresponde necessariamente a uma regeneração da mata nativa. Nas áreas em que foi realizado o plantio de exóticas, o entrave à regeneração ocorre pelo fato de estas se tornarem concorrentes no ecossistema nativo⁹⁰. Além disso, a degradação no entorno da FLONA dificulta a recomposição natural e a formação de corredores ecológicos. Assim, a forma como esses aspectos afetam o funcionamento da unidade, enquanto direcionada para o uso sustentável, que tem entre suas funções a manutenção da biodiversidade, será analisada em trabalhos futuros.

A variação na composição florestal da região, seja em questão de espécies ou de área de abrangência, é o resultado de um longo e complexo processo de ocupação, uso de recursos naturais e busca pelo controle legal sobre o meio. Estes aspectos estão associados de forma mais ampla aos debates que ocorreram em âmbito nacional, com a percepção de que o uso econômico da madeira era passível de esgotamento. Neste sentido, ocorreu a atuação federal, por meio de legislação e de órgãos nacionais vinculados ao governo, de forma a propor alternativas ao cenário de desmatamento.

⁹⁰ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

3 IDEIAS DE NATUREZA: PATRIMÔNIO OU RECURSO?

O surgimento de políticas públicas, que têm sua atuação voltada ao estabelecimento de alguma forma de controle sobre o meio natural, se associa ao modo como o ambiente é visto. Considerando que as concepções de natureza variam em uma mesma sociedade de acordo com diversos fatores, pretende-se compreender o modo como um segmento social específico desenvolvia suas preocupações sobre a natureza. O que interessa compreender neste capítulo é o contexto da elaboração de medidas em âmbito nacional que, tomadas em conjunto, direcionaram uma série de ações que levaram à criação dos parques florestais, posteriormente transformados em florestas nacionais. Para isso, inicialmente serão tecidas algumas considerações sobre o debate de preservação e conservação ambiental no Brasil, seguindo com os Códigos Florestais em vigência no recorte delimitado por essa pesquisa e a atuação de órgãos nacionais na criação dos parques.

3.1 PENSANDO A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A forma como percebemos e nos relacionamos com a natureza ao nosso redor não permanece imutável ao longo do tempo. Os resultados disso em relação às ciências foram demonstrados anteriormente, mas a forma como agimos socialmente perante ao meio ambiente também passou por muitas mudanças. Durante muito tempo, as florestas foram percebidas como um local perigoso, um obstáculo ao desenvolvimento da civilização e do progresso humano. Entre as paisagens que provocam reações de ansiedade e medo, Yi-fu Tuan⁹¹ destaca que “ao contrário das nevascas e inundações, que podem ser imaginadas como perseguidoras de suas vítimas, as montanhas e florestas agridem apenas aqueles que transgridem seus domínios”. Por isso, o desprezo às matas enquanto local selvagem culminou na sua derrubada. Conforme aponta Keith Thomas⁹², as mudanças de atitudes que conduziram ao atual entendimento de que devemos plantar árvores, ao invés de derrubá-las, perpassam pelo uso da madeira enquanto recurso natural de uso cotidiano. Contudo, a visão utilitarista não é suficiente para compreender as mudanças que levaram ao pensamento de preservação ambiental. Assim,

nesse movimento, hoje tão familiar a nós, de preservação das árvores, independentemente de suas consequências econômicas, podemos ver muitos fatores: entre eles, considerações de planejamento, o desejo de conforto e a sensação de que as árvores são intrinsecamente belas. Entretanto, as pessoas queriam preservar as árvores não somente devido a sua aparência mas também àquilo que elas simbolizavam. Os homens amavam suas associações, sua antiguidade, seu vínculo com o passado.⁹³

⁹¹ TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 13.

⁹² THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁹³ *Ibidem*, p. 317.

No Brasil, o desenvolvimento de conceitos como preservação e conservação ambiental também foram modificados ao longo do tempo⁹⁴. Ambas as propostas se referem a projetos de proteção do meio natural, porém seu surgimento está vinculado com um contexto anterior em que se desenvolveram preocupações em relação ao ambiente. Pesquisadores como José Luiz de Andrade Franco, José Augusto Drummond e José Augusto Pádua se debruçaram aos estudos das preocupações com a natureza no Brasil, fornecendo uma base para entender como as ideias de conservação e preservação foram construídas nacionalmente.

Pádua analisa um total de 150 textos escritos por 50 autores, entre os anos de 1786 e 1888⁹⁵. Nos discursos dos autores em questão é possível perceber a preocupação com a questão ambiental. Levando em consideração o objetivo da obra, vale destacar que:

A consciência crítica diante da destruição ambiental costuma ser identificada como um fenômeno do mundo contemporâneo, uma consequência das grandes transformações – tanto objetivas quanto subjetivas – que acompanharam a expansão planetária da civilização urbano-industrial. No caso do Brasil, em particular, ela tende a ser considerada uma realidade recente e importada, uma difusão do debate europeu e norte-americano das últimas décadas. Existe toda uma nova historiografia, no entanto, que vem retrocedendo em alguns séculos a cronologia da controvérsia ambiental. E também vem destacando a importância das colônias tropicais europeias como um dos espaços privilegiados para o seu aparecimento.⁹⁶

Com isso, o autor aponta que, apesar de que o grupo que desenvolveu uma preocupação intelectual com os problemas ambientais seja uma minoria, eles estavam localizados em diferentes capitanias, possibilitando a diversificação de posicionamentos. Como o período em que esses críticos estavam vivendo era anterior ao século XX, seus discursos envolviam problemáticas correntes no período colonial. Em seus textos, a importância econômica e política da natureza fomentava o debate acerca da modernização tecnológica⁹⁷. Alguns dos autores analisados também atavam a questão da destruição ambiental com o sistema escravista. Embora os textos utilizados como fonte indiquem a existência de discursos voltados para a preocupação ambiental, não se pode observar, para este período, medidas efetivadas de proteção do meio ambiente além da recuperação da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro.

⁹⁴ José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond observam que enquanto na América do Norte o debate dividia os conservacionistas, defendendo a racionalidade da exploração, dos preservacionistas, para quem a natureza deveria ser preservada para fruição estética, no Brasil “os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis, indicando que a natureza deveria ser protegida, tanto como conjunto de recursos produtivos a serem explorados racionalmente no interesse das gerações presentes e futuras quanto como diversidade biológica a ser objeto de ciência e contemplação estética”. FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, p. 49.

⁹⁵ PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 10.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 13.

Entre os anos de 1920 e 1940 houve um grupo de autores que pensou a proteção da natureza aliada à questão da identidade nacional. Neste período do governo Vargas em que o nacionalismo estava em pauta, Alberto José Sampaio, Armando Magalhães, Candido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne foram cientistas representantes de um grupo de intelectuais que se dedicou a pensar a proteção da natureza vinculada com a construção da nacionalidade⁹⁸. O cenário anterior a essa geração de intelectuais é caracterizado pela estruturação de centros de pesquisa sobre a natureza, que fortaleciam o interesse científico, e também pelo surgimento de preocupações a respeito do patrimônio natural, justificando sua proteção tanto pela motivação econômica quanto estética. Com a influência dessa geração de pensadores, analisada por Franco e Drummond⁹⁹, leis e políticas de conservação do meio ambiente foram elaboradas, além de terem sido criados os primeiros parques nacionais.

Além dos autores desse período, Franco e Drummond indicam outras duas gerações de tradições de pensamento relacionadas com a proteção ambiental que são importantes para compreender os debates atuais sobre a conservação da biodiversidade:

b) a geração dos anos 1950-1980, ligada principalmente à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que desenvolveu estratégias vigorosas de criação de áreas protegidas, de conservação de espécies ameaçadas de extinção e de proteção de ecossistemas; e c) a geração que surgiu nos anos 1990 e enfoca a conservação da biodiversidade a partir do conhecimento científico gerado por campos como a biologia da conservação e da necessidade de negociar limites ao crescimento econômico desenfreado.¹⁰⁰

A relevância de considerar os debates e pensamentos intelectuais que têm como pauta a questão da preservação ambiental reside na compreensão do contexto da formulação de políticas públicas voltadas para a conservação. Apesar disso, é necessário ressaltar que a preocupação com a conservação da biodiversidade ainda é recente. Portanto, as análises que envolvem interações entre homens e mulheres e plantas oferecem múltiplas possibilidades de pesquisa. De acordo com Worster, “quando homens e plantas se encontram, nascem mais temas de história ambiental do que em qualquer outra circunstância”¹⁰¹.

Assim, a articulação com o tema de pesquisa não está restrita à proteção à natureza, pois também é necessário entender que as florestas – e principalmente o desmatamento – na região Oeste catarinense se associam a outros dois aspectos: a inserção regional em um modelo de agricultura comercial e a percepção da madeira enquanto um recurso natural

⁹⁸ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Idem, História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 333-334.

¹⁰¹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 203.

explorável e de grande rendimento. A análise desses três elementos auxilia na compreensão do contexto que levou à criação da Floresta Nacional de Chapecó.

No que concerne ao aspecto legal, as florestas passam a receber maior atenção nos anos 1930. Carvalho¹⁰² discorre que durante a Primeira República, as principais medidas de legislação florestal foram formuladas pelos governos estaduais. Uma mudança nesse cenário tornou-se possível dentro do contexto do governo Vargas que buscava estabelecer uma política industrializadora¹⁰³. Dessa maneira, em 1934 foi promulgado o primeiro Código Florestal brasileiro, com teor predominantemente produtivista. Em relação ao período que antecedeu a criação do Código, Dean afirma que “o Brasil emergira da era primitiva de derrubar sem replantar e vivia um período de transição rumo ao estágio final de florestas artificiais, homogêneas e de alta produtividade”¹⁰⁴. Dentro do Código, Moretto destaca a pouca ênfase dada ao reflorestamento, o qual era exigido nas áreas desmatadas com finalidade econômica, mas sem que houvesse uma definição específica de quais eram as espécies que deveriam ser utilizadas¹⁰⁵.

Mesmo com as inconsistências na aplicação do Código Florestal de 1934, Moretto destaca que a sua criação fomentou discussões em Santa Catarina, resultando na aprovação do Decreto-lei nº 132 ainda no fim dos anos 1930. Segundo a autora, “as questões que ganham destaque no Decreto-lei catarinense estão intimamente ligadas ao setor econômico madeireiro e ao potencial que se revelava no Estado no início do século”¹⁰⁶.

Considerando que as relações socioculturais influenciaram na criação e aplicação da legislação florestal em questão, Carvalho aponta que

Não havia nessa legislação a ideia de algo como um “meio ambiente”. O meio ambiente somente se configurou na legislação brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Seria anacrônico exigir que uma legislação que foi pensada para efetuar uma racionalização produtivista preservasse a floresta nativa. O que, todavia, não modifica o fato de tal legislação ter sido amplamente ignorada e que faltaram recursos e vontade para efetivar parte dos seus preceitos.¹⁰⁷

¹⁰² CARVALHO, Ely Bergo de. O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 417-442, 2016.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 273.

¹⁰⁵ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 127.

¹⁰⁷ CARVALHO, Ely Bergo de. O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 417-442, 2016. p. 428.

Em 15 de setembro de 1965, por meio da Lei nº 4.771, foi instituído um novo Código Florestal. Considerando o período da ditadura civil-militar, Dean chama atenção para o fato de que a destruição das florestas já demonstrava ser um tema de interesse na Escola Superior de Guerra das Forças Armadas. Para o autor, “os generais desejavam racionalizar o comércio de madeira a fim de colocar as exportações em uma base sustentável, mas também concebiam as florestas como garantia da ‘integridade territorial’ do Brasil”¹⁰⁸. Tendo em vista o almejado crescimento econômico, tanto o Código falava em realizar o reflorestamento quanto outras leis posteriores implementavam incentivos fiscais para executá-lo¹⁰⁹.

3.2 CONTEXTO DA CRIAÇÃO DOS PARQUES

O apoio da sociedade civil às propostas de criação de parques nacionais voltados à proteção da natureza exerceu uma pressão relevante na adoção, por parte do governo federal, de medidas que caminhassem nessa direção, conforme apontam Franco e Drummond¹¹⁰. Para além disso, a criação de parques florestais, nos moldes em que foi instituído o Parque Florestal João Goulart, está correlacionada a demandas do setor industrial madeireiro, o qual enfrentava, nos anos 1940, uma série de dificuldades que comprometeram o seu funcionamento.

A partir de questões mais imediatas, como a dificuldade de escoamento da produção, dificuldade no controle do volume de madeira ofertado e estabilização dos preços, e tendo em vista os problemas futuros que poderiam ser enfrentados pelo setor devido à ausência de matéria-prima, o Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeira do Paraná elaborou um documento, em 1940, que seria destinado ao governo federal, sugerindo a criação de um órgão para controlar as atividades do ramo¹¹¹. As reivindicações do sindicato foram atendidas pelo governo, resultando na criação do Instituto Nacional do Pinho, no ano de 1941. Como cita Sá, o INP também estendia sua atuação à outras espécies florestais, mas “a denominação

¹⁰⁸ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 303.

¹⁰⁹ Ibidem; MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990)**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

¹¹⁰ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

¹¹¹ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O Instituto Nacional do Pinho e a questão do reflorestamento. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 77-97.

específica ‘do Pinho’ se deve à importância econômica dessa madeira e à busca de soluções para os problemas na sua exportação e ‘produção’, considerada a mais vantajosa na época”¹¹².

Carvalho¹¹³ também destaca que, como o INP seguiu boa parte das sugestões estabelecidas no documento, o reflorestamento foi um aspecto enfatizado nas ações do órgão, principalmente a partir da implantação de locais destinados à monocultura de araucária. Essa proposta se materializou na criação dos parques florestais, em áreas compradas ou doadas ao INP. A respeito da finalidade dos plantios realizados nos parques florestais, é relevante considerar que:

No Código Florestal de 1934, vigente na década de 1940 quando a maioria dos Parque Florestais foi criada, os incluiu na categoria de “florestas modelo” com a finalidade de produzir espécies arbóreas nativas e exóticas para disseminação entre particulares, o que por sua vez constituiria matéria-prima florestal, possibilitando a ampliação de mercados para a madeira. Assim, sua função preponderante era atender a uma demanda de mercado, ou seja, aos interesses econômicos da nação. O ecossistema passou a ser reorganizado e foi convertido por meio da ação humana em um agroecossistema para atender necessidades externas e econômicas¹¹⁴.

Ao todo, o INP instituiu dez parques florestais entre 1943 e 1961, nos estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais¹¹⁵. Considerando a proposta de realizar o reflorestamento nesses parques, Moretto e Carvalho ressaltam que a utilização do termo “reflorestar” muitas vezes transmite uma conotação positiva, remetendo à reconstituição de uma floresta nativa. Porém, o modelo de reflorestamento aplicado nesse período consiste no plantio de árvores, não necessariamente em áreas anteriormente florestadas, para possibilitar a manutenção das atividades madeireiras¹¹⁶. Por ter como prioridade a finalidade produtivista, o próprio plantio de araucárias, destacado inicialmente nas ações do INP, foi perdendo espaço devido ao fato de não atingir os resultados esperados, considerando o tempo de crescimento necessário. Nesse contexto, começam a ser realizados

¹¹² SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011**. Dissertação (Mestrado em História). UPF, Passo Fundo, 2017. p. 41.

¹¹³ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O Instituto Nacional do Pinho e a questão do reflorestamento. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 77-97.

¹¹⁴ SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo: 1946-2011**. Dissertação (Mestrado em História). UPF, Passo Fundo, 2017. p. 11.

¹¹⁵ Ibidem; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O Instituto Nacional do Pinho e a questão do reflorestamento. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 77-97.

¹¹⁶ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990)**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O Instituto Nacional do Pinho e a questão do reflorestamento. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 77-97.

experimentos com espécies vegetais exóticas, as quais demonstraram ter um crescimento mais rápido, podendo ser realizado o primeiro desbaste em um período de sete anos¹¹⁷. Essas constatações, iniciadas ao longo dos anos 1950, resultaram em maior destaque para a plantação de pinus na década de 1960¹¹⁸. Com isso, contabilizando ao todo, “o INP plantou nesses parques somados, desde a fundação de cada um deles até a criação do IBDF [...] em 1967, cerca de 60 milhões de árvores, sendo mais de 47 milhões de araucárias, 12 milhões e 700 mil *Pinus elliottii* e 475 mil de outras espécies”¹¹⁹.

Na década de 1960, com a extinção do INP e a realocação de suas atribuições ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a política de crescimento econômico vislumbrada por meio das atividades nos parques florestais continuou priorizando o plantio das espécies mais lucrativas. Neste período, os parques florestais do extinto INP passaram a ser administrados pelo IBDF, havendo a transição em sua classificação para Florestas Nacionais. Em 1968, durante a sessão de abertura do Congresso Florestal Brasileiro, realizado em Curitiba pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, o discurso proferido pelo presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, general Silvio Pinto da Luz, trouxe diversos elementos que explicitaram o direcionamento da atuação do órgão em relação ao reflorestamento:

Essa é a maior infâmia que se poderia levantar contra uma classe, porque o madeireiro brasileiro, senhores, de fato, abate a árvore, mas transforma essa árvore em bem da coletividade brasileira. E tanto isso é verdade que eu posso dizer aos senhores que o pinho serrado deu ao Brasil, do dia primeiro até ontem, 52 milhões de dólares. O valor é alto, não que houvesse aumentado o preço, mas sim a valorização da madeira. [...] Então, senhores, a floresta é dizimada pela própria civilização. A obrigação do homem é repor o que foi retirado e como há aqui técnicos, todos sabemos que hoje o reflorestamento tem a sua principal alavanca no objetivo econômico da exploração da floresta. Então, *o reflorestamento tem que ser feito com o fim econômico*; e o Governo da República, o Governo da Revolução veio trazer o suporte, o apoio à iniciativa particular com a Lei nº 5.106 de Incentivos Fiscais e os resultados têm sido muito bons. Já conseguimos aprovar projetos que darão ao País, em 5 anos, 435 milhões de árvores – 180.000 ha. Mas isso ainda é muito pouco, meus senhores. Precisamos melhorar até o próprio Incentivo Fiscal e espero que neste Congresso uma das teses a ser apresentada seja aprovada: é sobre a parte do incentivo fiscal que é a grande mola do reflorestamento do Brasil.¹²⁰

¹¹⁷ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

¹¹⁸ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O Instituto Nacional do Pinho e a questão do reflorestamento. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **Fronteiras fluidas**: florestas com araucárias na América Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 77-97.

¹¹⁹ Ibidem, p. 83.

¹²⁰ LUZ, Silvio Pinto da. Discurso do General Sylvio Pinto da Luz, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. In: Congresso Florestal Brasileiro. **Contribuições e trabalhos apresentados e pareceres das comissões**: Sessão solene de abertura. Curitiba, 1968, p. 17-18, grifo nosso.

Além da própria finalidade do evento, promovido por industriais e que objetivava a discussão dos chamados problemas florestais, ficou mais uma vez evidenciado na fala do presidente do IBDF que o principal interesse na promoção do reflorestamento era o lucro proporcionado pela atividade. Também cabe destacar que, como apoiador da ditadura civil-militar brasileira, Silvio Pinto da Luz creditou ao regime os avanços obtidos na realização do reflorestamento. É nesse contexto histórico político que a imprensa também retratou o general, listando as características que faziam dele o perfil ideal para o cargo que ocupava: “brasileiro patriota, trabalhador, honesto, competente administrador e homem devotado à causa pública brasileira”¹²¹. Em outro trecho, na mesma notícia, voltou a ser mencionado sobre o alinhamento de seus traços com as expectativas desenvolvimentistas desse período:

Seu dinamismo, a austeridades de sua conduta, seu amor ao Brasil, verde, pujante, expressando pelas suas riquezas naturais, a grandeza de seu potencial econômico, sua fôlha de serviços prestados ao País e sua disposição irreversível de soerguer a economia da nação, através da indústria extrativa: madeira, erva mate, associadas à pesca, minério e outras riquezas.¹²²

Esse posicionamento do presidente do IBDF, em que enfatiza o interesse econômico na realização do reflorestamento, vai ao encontro da observação de Carvalho, que afirma que além dos parques florestais, “o Brasil também importou dos EUA o modelo conservacionista da natureza racionalizada e produtiva, a serviço do bem-estar humano”¹²³. Nesse sentido, o IBDF dá preferência à transformação dos antigos parques florestais em florestas nacionais que sejam planejadas a partir da lógica produtivista.

No próximo capítulo, a análise da criação e primeiros anos de atuação do Parque Florestal João Goulart/Floresta Nacional de Chapecó evidencia a ênfase no aspecto econômico atribuída pelos órgãos nacionais mencionados. Tendo sido criada no período em que o INP já percebia nas espécies vegetais exóticas um potencial maior para a produção do que na araucária, a unidade em questão direciona suas atividades ao plantio de *Pinus* sp.

¹²¹ Expressiva homenagem recebeu o Presidente do IBDF. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 5 de julho de 1969, ano VI, n. 205, p. 1 e 2.

¹²² *Ibidem*.

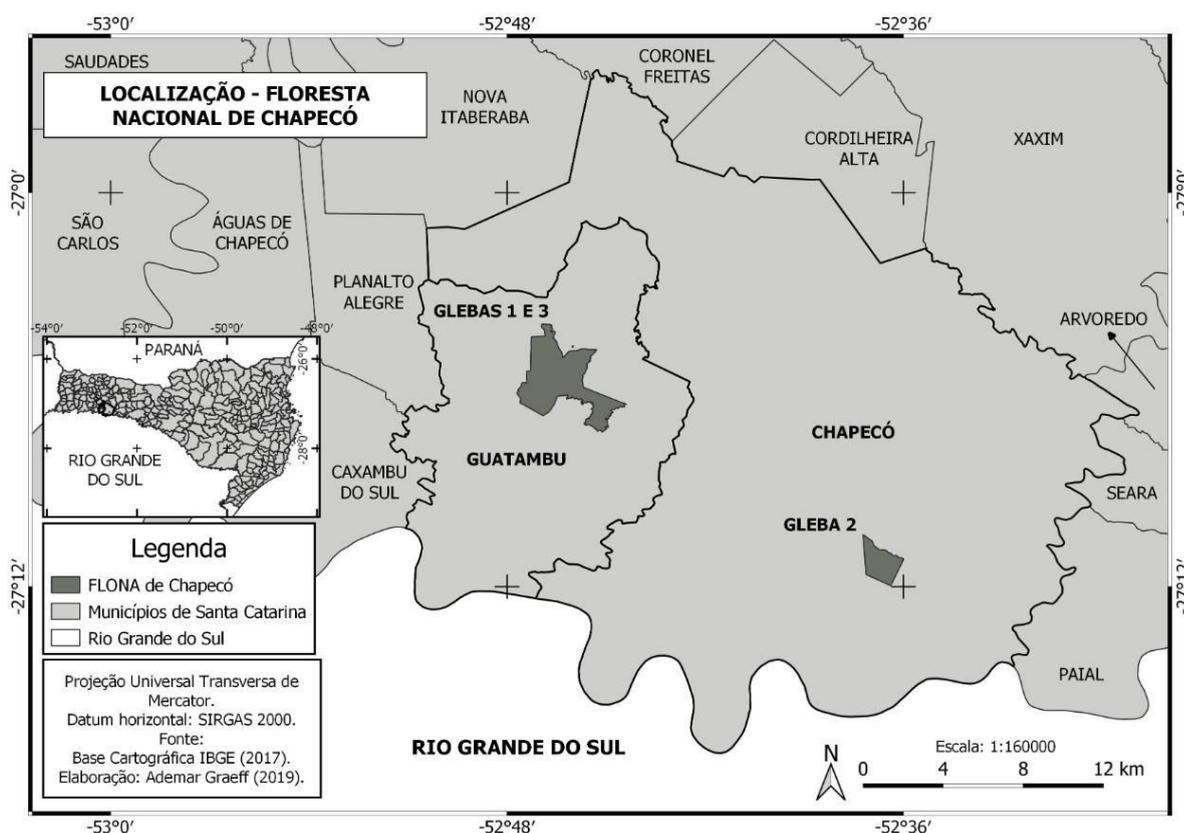
¹²³ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O Instituto Nacional do Pinho e a questão do reflorestamento. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **Fronteiras fluidas**: florestas com araucárias na América Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 90.

4 FLORESTA NACIONAL DE CHAPECÓ

4.1 CRIAÇÃO DO PARQUE FLORESTAL JOÃO GOULART

A inserção da região oeste do estado de Santa Catarina nas atividades de exploração madeireira levou a um intenso desmatamento ao longo do século XX. Isto posto, as preocupações a respeito da continuidade de oferta de matéria-prima para a manutenção dos lucros obtidos no setor também se manifestaram na região. No contexto de criação de parques florestais destinados a realizar plantio de espécies para futura exploração, o Parque Florestal João Goulart foi o último a ser instituído pelo Instituto Nacional do Pinho, no ano de 1961. Com a extinção do INP, suas atribuições foram realocadas para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e os parques florestais passaram a compor a categoria de Florestas Nacionais. Por meio da portaria nº 560 de 25 de outubro de 1968, o Parque Florestal João Goulart passou a ser denominado como Floresta Nacional de Chapecó¹²⁴. O Mapa 04 corresponde à localização da unidade.

Mapa 04 – Localização da Floresta Nacional de Chapecó.



Fonte: GRAEFF et al., 2019.

¹²⁴ A FLONA Chapecó atualmente está localizada no município de Guatambu, que neste período ainda era um distrito do município de Chapecó.

A unidade é dividida em três glebas, sendo que a 1 e a 3 estão localizadas no município de Guatambu, e a gleba 2, no distrito de Marechal Bormann, município de Chapecó. No total, a área da Floresta Nacional de Chapecó corresponde a 1.590,60 hectares¹²⁵.

Mesmo antes da implementação do Parque Florestal João Goulart, Chapecó já contava com uma agência do INP. Como o escoamento da produção ocorria por meio de balsas no Rio Uruguai, ao longo de seu curso foram instalados postos de controle da exportação. Conseqüentemente, foi criado, em 1948, o Serviço do Rio Uruguai (SRU), o qual tinha sua sede em Chapecó, e cuja atuação abrangeu postos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul¹²⁶. Como parte das atividades do SRU, Salini relata que a documentação sobre o credenciamento de serrarias aponta para a existência de 112 empresas do ramo legalmente instaladas no município em 1949.

Após a extinção do Serviço do Rio Uruguai, foi instalada uma agência do INP em Chapecó, no ano de 1952. A atuação da agência permaneceu restrita a aspectos de controle administrativo, como a distribuição de guias de produção, comunicação e fiscalização dos postos, atividades ainda vinculadas ao comércio e exportação da produção madeireira¹²⁷. No entanto, cabe ressaltar que no âmbito municipal, em 1951 a agência florestal já contava com um viveiro para a produção de mudas de pinheiro. O fato foi evidenciado em notícia publicada no jornal O Imparcial:

O Agente Florestal, de Chapecó, tem a honra de comunicar a classe madeireira de Chapecó, que concluiu a fase de estudos para o plantio do nosso pinheiro. Para tal foi construído um viveiro de mudas de pinheiros por esta agência florestal, com a cooperação dos madeireiros e da Prefeitura Municipal. Os resultados foram ótimos e podemos demonstrar em loco, aos descrentes do reflorestamento a facilidade e ao mesmo tempo o pouco trabalho empregado para se conseguir em qualquer lugar da nossa região um reflorestamento barato e eficiente.¹²⁸

A notícia enfatizava o direcionamento das mudas de pinheiros produzidas no viveiro municipal para a realização de reflorestamento por madeireiros. Essa medida vai ao encontro das ações adotadas pelo Instituto Nacional do Pinho nesse período, quando ainda

¹²⁵ ICMBio. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Chapecó**: Resumo executivo. Florianópolis, 2011.

¹²⁶ SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo**: 1946-2011. Dissertação (Mestrado em História). UPF, Passo Fundo, 2017; SALINI, Ademir Miguel. **Colonização e meio ambiente**: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970). 2018. Dissertação (Mestrado em História). UFFS, Chapecó, 2018.

¹²⁷ MORETTO, Samira Peruchi; RIBEIRO, Michely Cristina. Manutenção versus Conservação: a criação do Parque Florestal em Chapecó. **Cadernos do CEOM** (UNOCHAPECÓ), v. 33, p. 38-49, 2020.

¹²⁸ KILINSKI, Miguel. Agência Florestal do Município de Chapecó. **O Imparcial**: Jornal Independente. Diretor responsável Paulo Marques. Diretor proprietário Alexandre Tiezerini. Chapecó, 22 de abril de 1951, ano I, n. 9, p. 3.

salientava-se a preferência pelo uso da araucária para o reflorestamento, sempre reforçando a finalidade econômica, e não de regeneração de um ambiente degradado.

Mantendo o mesmo viés produtivista observado na atuação dos demais parques florestais, em 1961 foi fundado em Chapecó o Parque Florestal João Goulart. Como principal diferença, porém, destaca-se que o período em que a unidade foi estabelecida corresponde ao momento em que o INP já havia identificado nas espécies exóticas um potencial maior de alcançar os resultados esperados por meio dos plantios. Assim, desde o início de sua atuação, o Parque realizava experimentos com pinus e eucalipto, além de ainda manter áreas com plantio de araucária.

Assim, em 1961, o Instituto Nacional do Pinho comprou uma área de 500 alqueires (1.210 hectares), pelo valor de 12 milhões e quinhentos mil cruzeiros, no distrito de Guatambu, para possibilitar o início do desenvolvimento das atividades do Parque Florestal João Goulart. No recibo de compras e memorial descritivo das terras, são especificados os limites da área adquirida, que corresponde à gleba 1. Entre as benfeitorias localizadas nessas terras, são elencadas no documento as seguintes: quinze casas de madeira, duas serrarias de centro, seis chiqueirões, galpões, cerca de tábuas e arame, além de dois paióis e uma tafona¹²⁹.

Além das benfeitorias, o recibo especificava que a área comprada era caracterizada por “de terras de cultura, matos e pinhaes”¹³⁰. Ressalta-se, ainda, outro aspecto que consta no recibo de compras: além da existência de duas serrarias de centro, o documento especifica que havia nessas terras árvores adequadas para a industrialização. Ao INP, seria permitida a ocupação imediata das terras, exceto pelas benfeitorias e pelas

[...] as árvores adultas industrializáveis, serão abatidas dentro do prazo de 360 dias, a contar da presente data, a fim de que possa o INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, instalar e fazer funcionar a futura Estação Florestal de Chapecó, sem qualquer restrição ou entrave administrativo. Os pinheiros adultos industrializáveis que não forem retirados – das propriedades ora vendidas no prazo acima estipulado, serão indenizados – pelo Instituto Nacional do Pinho, na base seguinte: Pinheiros de 45 centímetros a 60 centímetros de diâmetro, na altura de 1 (um) metro no pé, Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros) por unidade; acima de 60 centímetros de diâmetro na altura de 1 (um) metro no pé Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) por unidade. Quanto às madeiras de lei e qualidade, que não forem retiradas no prazo objeto do presente recibo, passarão a pertencer ao INSTITUTO NACIONAL DO PINHO, independente de qualquer indenização.¹³¹

Esses aspectos corroboram o fato de que se objetivava instalar os parques florestais em áreas para ser realizado o plantio das espécies enquanto monocultura, não atribuindo um ponto decisivo à presença ou não de áreas de floresta nativa nas glebas compradas. A própria

¹²⁹ RECIBO E MEMORIAL GLEBA I. Chapecó, 21 de dezembro de 1961. Acervo da FLONA Chapecó.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

previsão de retirada das árvores com potencial industrializável indica a necessidade de sua remoção para efetivar o início dos plantios, em um terreno que permitisse maior controle da produção. A seguir, serão analisados os primeiros anos de atuação da unidade.

4.2 ATUAÇÃO E SILVICULTURA (1960 A 1988)

Ao longo da década de 1960, a implementação da Floresta Nacional de Chapecó abriu novas etapas de modificação antrópica no meio natural delimitado pela unidade. Nas terras compradas pelo INP, anteriormente utilizadas para cultivo e com presença de áreas com araucária, iniciou-se o processo de estudo e plantação de espécies nativas e exóticas.

Durante a realização desta pesquisa, não foram encontrados documentos que apresentassem de forma detalhada como ocorreram os plantios, os obstáculos enfrentados nesse processo ou os resultados obtidos. Entretanto, as fontes utilizadas ao longo desse tópico possibilitam a compreensão de algumas alterações gerais implementadas na área de terras cuja compra foi descrita anteriormente.

Na Imagem 01, observa-se uma área de terra que está sendo preparada para o plantio das espécies, na qual trabalham os funcionários da unidade. Próximo do local, ainda haviam algumas araucárias remanescentes. Na parte inferior da fotografia, encontram-se as mudas separadas para o plantio, não sendo identificada a espécie. Não é possível determinar exatamente o ano em que a foto foi registrada, porém é plausível atribuir sua data aos primeiros anos da década de 1960, quando a unidade estava sendo instituída.

Imagem 01 – Parque Florestal João Goulart, década de 1960.



Fonte: Acervo da Floresta Nacional de Chapecó.

Ao final da década, a visita do então presidente do IBDF, General Silvio Pinto da Luz, proporcionou o cruzamento de diferentes fontes para compreender alguns aspectos das transformações na paisagem da FLONA ocorridas durante seus primeiros anos de atuação. Além de um álbum fotográfico registrado na ocasião da passagem do general pela FLONA de Chapecó, as cerimônias e solenidades realizadas nesse período tiveram grande destaque na imprensa local. Diversos discursos proferidos pelas autoridades foram reproduzidos nos periódicos, contribuindo para a análise tanto de práticas efetivadas através do IBDF, quanto de expectativas evidenciadas em previsões futuras.

Observando as notícias do periódico Folha d'Oeste no ano de 1969, foi possível constatar que a presença do General Silvio Pinto da Luz na região Oeste catarinense foi o momento em que a Floresta Nacional de Chapecó serviu para muitas pautas na imprensa local. Além dessa ocasião, em alguns outros momentos foram veiculadas notícias sobre reflorestamento, mas estas mais relacionadas a medidas e investimentos do IBDF como um todo, sem especificar ações na FLONA Chapecó, ou direcionadas aos envolvidos no setor madeireiro. De acordo com Darci Pereira, delegado estadual do IBDF naquele período, a visita de Pinto da Luz tinha como objetivo inspecionar diversas unidades florestais do estado:

procederá, em minha companhia como Delegado Estadual, uma série de inspeções aos órgãos administrativos e florestais da Autarquia. Serão inauguradas diversas melhorias, como sejam, construções na Floresta Nacional de Chapecó, instalação da rede elétrica na Floresta Nacional de Três Barras, no dia 4, a instalação oficial do Pôsto de Contrôlo e Fiscalização de Joaçaba, no dia 5, e finalmente no dia 8 de julho próximo será inaugurado pelo ilustre catarinense o Pôsto de Fomento Florestal, localizado na cidade de Laguna.¹³²

Sua passagem pela região foi acompanhada de uma série de homenagens prestadas por autoridades municipais e representantes do setor extrativista, que exaltavam o trabalho como presidente do IBDF. Recebeu até mesmo o título honorário de cidadão chapecoense¹³³. Os discursos realizados durante essas solenidades indicam uma aclamação à figura do general, como se este personificasse uma série de melhorias requeridas pelo setor madeireiro, tendo em vista medidas de valorização de atividades e da implementação do reflorestamento, que permitiria a manutenção do seu funcionamento. Essa intencionalidade também foi registrada nos periódicos: “Essas homenagens, segundo captamos, visam representar o preito de gratidão da indústria extrativa vegetal, pelos inúmeros benefícios que o presidente do IBDF vem prestando, ao apoiar irrestritamente aquêle setor, no exercício de sua inteligência e profícua administração”¹³⁴. Em outra notícia, também é expressado esse reconhecimento ao abordar um assunto muito recorrente na imprensa local na época: a necessidade de estradas que facilitariam o escoamento da produção rural. Essa demanda não era unicamente dos industriais madeireiros, pois a falta de vias de rodagem também era alvo de reclamação constante por parte do setor agroindustrial. Apesar disso, a notícia sinalizava que a solução deste problema era atribuída ao presidente do IBDF: “(...) a madeira sendo transportada por balsa, acabou. Agora ela chega ao estrangeiro tal qual sai da serraria. Viaja por trem. Isso se deve ao general Silvio Pinto da Luz, presidente do IBDF”¹³⁵.

Além do que consta nos jornais, as fotografias registradas na ocasião da visita do general à FLONA de Chapecó também demonstram o enaltecimento à sua figura. Na Imagem 02, é observada a entrada da Floresta Nacional de Chapecó em 1969. Ao lado, em tamanho maior que o letreiro de identificação da unidade, encontra-se destacada uma faixa que atribui ao general Silvio Pinto da Luz o reconhecimento como “o reflorestador”.

¹³² Presidente do IBDF, General Sylvio Pinto da Luz visitará a região. **Folha d'Oeste**. Diretores Homero Franco e Gabriel Dezen. Chapecó, 21 de junho de 1969, ano VI, n. 203, p. 1.

¹³³ Expressiva homenagem recebeu o Presidente do IBDF. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 5 de julho de 1969, ano VI, n. 205, p. 1 e 2.

¹³⁴ Presidente do IBDF chegará terça-feira e será na ocasião amplamente homenageado pela indústria extrativa. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 28 de junho de 1969, ano VI, n. 204, p. 1.

¹³⁵ Presidente quer Brasil verde e madeireiros transmitindo profissão aos seus filhos. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 5 de julho de 1969, ano VI, n. 205, p. 2.

Imagem 02 – Faixa na entrada da FLONA de Chapecó ao general Silvio Pinto da Luz, 1969.



Fonte: Acervo da Floresta Nacional de Chapecó.

A respeito de suas impressões sobre a unidade em questão, a imprensa local destacou que “lá chegando, o Presidente do IBDF, ficou surpreso ao notar que aquelas instalações haviam sido transformadas em ponto turístico, graças ao trabalho de embelezamento e organização procedido”¹³⁶. Não foram encontradas outras fontes que detalhassem ou indicassem a que se referem as atividades turísticas desempenhadas na FLONA de Chapecó, conforme mencionado na notícia, para o período da visita do general e nem dentro do recorte temporal desta pesquisa. A observação em referência ao trabalho de embelezamento também é interessante, pois refletindo sobre a paisagem constituída no local e na função desempenhada pela unidade de um reflorestamento direcionado à manutenção das atividades madeireiras, denota a ideia de que a natureza desejada é aquela ordenada e controlada pela ação antrópica.

¹³⁶ Expressiva homenagem recebeu o Presidente do IBDF. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 5 de julho de 1969, ano VI, n. 205, p. 1 e 2.

Outra análise que reforça esse aspecto é a das imagens registradas durante a visita do general à FLONA. O álbum em questão é composto por 74 fotografias, que registram a chegada de Silvio Pinto da Luz ao município, por meio de balsa no Rio Uruguai, e acompanham a passagem pela unidade. São registradas as solenidades de inauguração da Floresta Nacional de Chapecó, simbolizada pela fita na entrada da unidade, conforme a Imagem 03. O corte da fita foi realizado, a convite do presidente do IBDF¹³⁷, pelo ex-presidente do Instituto Nacional do Pinho, Hermínio Tissiani. Na foto, ao fundo do local onde estava sendo realizada a cerimônia, é possível observar uma área de plantio regular de árvores, enquanto uma floresta aparentemente um pouco menos manipulada pela ação antrópica aparece mais distanciada.

Imagem 03 – Cerimônia simbólica de inauguração da FLONA Chapecó, 1969.



Fonte: Acervo da Floresta Nacional de Chapecó.

Nas outras fotografias que representam o deslocamento de Pinto da Luz e sua comitiva dentro da FLONA, visitando as instalações da unidade, a imagem do que poderia ser

¹³⁷ Ibidem.

considerado como mata nativa aparece cada vez mais distanciada. Na Imagem 04 é possível notar maior proximidade do grupo nas áreas em que foi realizado o plantio de espécies exóticas, como o pinus. Ainda que outros documentos indiquem a existência de vegetação nativa na FLONA de Chapecó, não aparecem registros fotográficos do presidente do IBDF visitando essas áreas.

Imagem 04 – Visita do presidente do IBDF às instalações da FLONA de Chapecó, 1969.

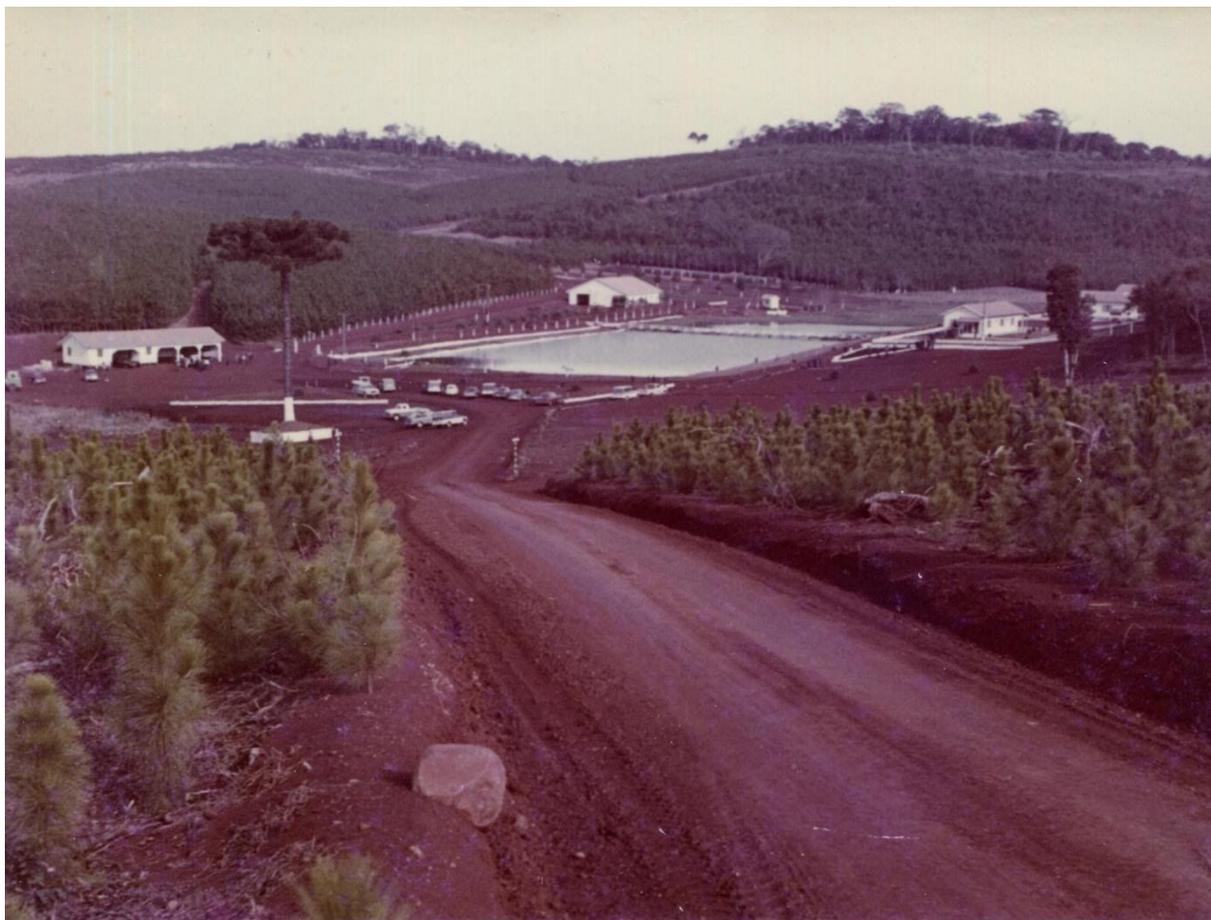


Fonte: Acervo da Floresta Nacional de Chapecó.

Outro registro fotográfico da mesma ocasião, retratado por outro ângulo, permite ter uma noção da extensão das áreas de plantio de espécies exóticas. Na Imagem 05, permanece simbolicamente no centro da unidade uma araucária, enquanto ao seu redor se concentram as áreas de plantação de *Pinus* spp. Devido ao tamanho da árvore em questão, pode-se supor que ela já estava no local antes da instituição da unidade, não tendo sido plantada para atender ao mesmo fim que as demais. Pode-se, ainda, levantar a hipótese de que haviam outras árvores nativas ao redor, que foram derrubadas no processo de ordenamento do ambiente que permitiu

o plantio de outras espécies, constituindo uma floresta homogênea para exploração. Nesse sentido, a presença humana, assim como observado por Sá na Floresta Nacional de Passo Fundo (RS), é identificada “sobretudo pela disposição das árvores, todas alinhadas, característica do agroecossistema (um ecossistema manejado pela ação humana para fins comerciais)”¹³⁸. Sobre esses ecossistemas, Worster conclui que “é sempre uma versão truncada de algum sistema natural original: há menos espécies interagindo em seu interior, e muitas linhas de interação têm sido encurtadas e direcionadas numa única direção”¹³⁹.

Imagem 05 – Vista da Floresta Nacional de Chapecó, 1969.



Fonte: Acervo da Floresta Nacional de Chapecó.

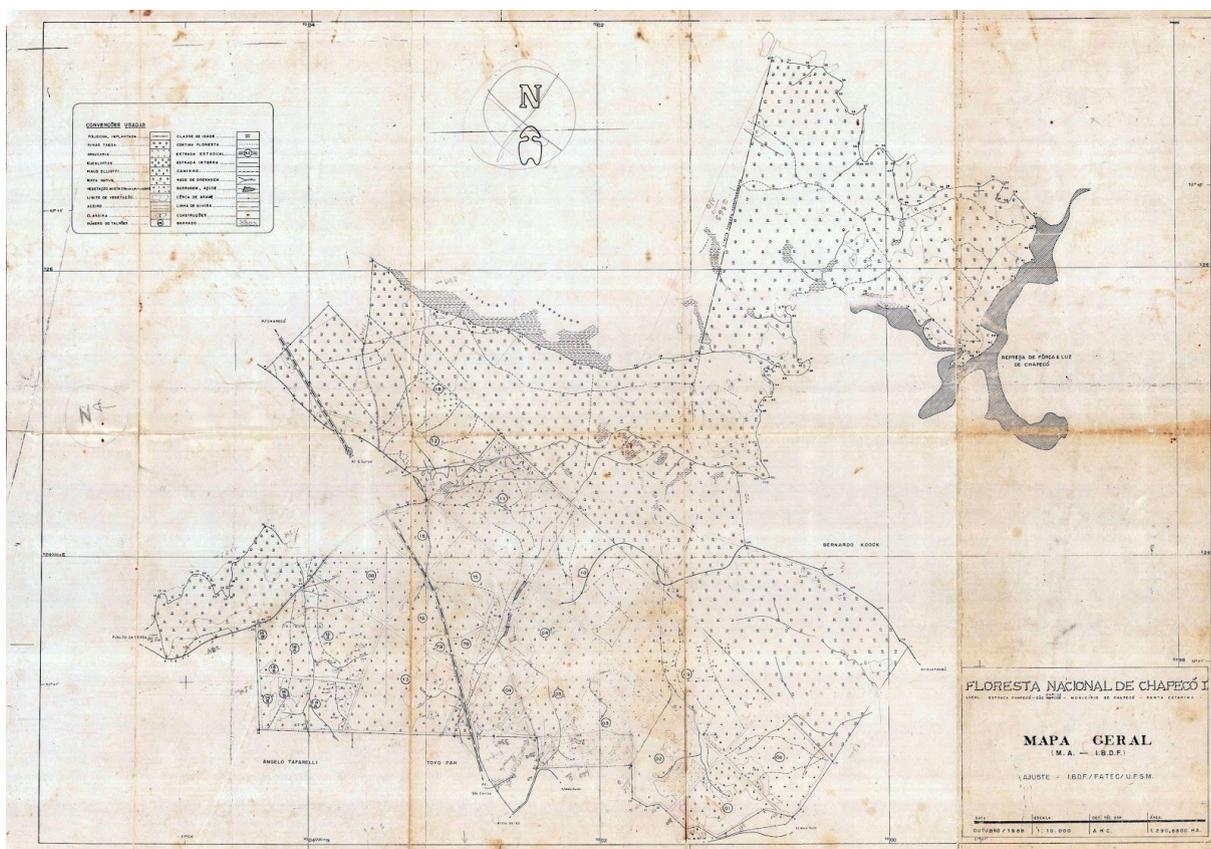
Nas décadas seguintes, pouca ênfase foi dada à Floresta Nacional de Chapecó pela imprensa local. A unidade seguia com suas atividades de pesquisas sobre os plantios, mas o fato de os resultados não se apresentarem de forma imediata pode ter influenciado no

¹³⁸ SÁ, Débora Nunes de. Transformações na paisagem da Floresta Nacional de Passo Fundo – RS com monocultivo de araucária. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **Fronteiras fluidas**: florestas com araucárias na América Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 269.

¹³⁹ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 5, n. 2, pp. 23-44, 2003. p. 29.

desinteresse por abordar a FLONA. Em 1978, foram realizados os primeiros desbastes nos plantios de pinus¹⁴⁰. Já no ano de 1988, um mapa elaborado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal ilustra para o que serve cada área da unidade. Por meio do Mapa 05, é possível identificar quais áreas da Flona eram dedicadas ao cultivo de *Araucaria angustifolia*, espécie nativa, e também às espécies exóticas, *Pinus elliottii*, *Pinus taeda* e *Eucalyptus* sp. Também havia áreas de plantio misto, de *Araucaria angustifolia* e *Pinus* spp.

Mapa 05 - Floresta Nacional de Chapecó, 1988.



Fonte: Acervo da Floresta Nacional de Chapecó.

Os estudos realizados pela Universidade Federal de Santa Maria para a elaboração do primeiro plano de manejo da unidade também indicam a quantidade exata de cada plantio: “a área plantada divide-se em 7,9 ha de **Araucaria angustifolia**; 396,9 ha de **Pinus** sp. 24,9 ha de floresta mista **Araucaria angustifolia e Pinus** sp. e 3,3 ha de **Eucalyptus** sp.”¹⁴¹. Portanto, os primeiros anos de atuação da Floresta Nacional de Chapecó representam a consolidação de um modelo de unidade voltada ao cultivo de espécies exóticas, predominando a finalidade de produção.

¹⁴⁰ ICMBio. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Chapecó**: Resumo executivo. Florianópolis, 2011. p. 1.

¹⁴¹ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo para a Floresta Nacional de Chapecó-SC**. Santa Maria, 1989. p. 8, grifo no original.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a Floresta Nacional de Chapecó é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo enquadrada na categoria de uso sustentável. As ações desenvolvidas na unidade são direcionadas pelo Plano de Manejo instituído em 2013, em consonância com o objetivo de possibilitar a conservação da biodiversidade. Análises de pesquisas recentes evidenciam a degradação dos remanescentes de Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Decidual em Santa Catarina, o que reforça a necessidade de preservar essas áreas. Apesar disso, o histórico da FLONA, desde a sua criação, representa diferentes interesses na sua finalidade.

Localizada no Oeste catarinense, a unidade teve seu processo de constituição relacionado às transformações ambientais pelas quais a região passou ao longo do século XX. As características do meio natural possibilitaram a ascensão da indústria madeireira, atraída principalmente pelas araucárias. Nesse processo de avanço da exploração das áreas de florestas, as populações tradicionais, que mantinham interações menos agressivas com o ambiente no qual viviam, foram prejudicadas pelos obstáculos colocados ao seu modo de viver. Ademais, com o desmatamento, outras atividades econômicas passaram a ser relevantes no cenário regional, como a agricultura e a criação de animais. Ainda assim, o setor madeireiro continuava tendo destaque, o que fomentava os debates sobre a possibilidade de faltar matéria-prima para o desenvolvimento de suas atividades.

Esse contexto de exploração engloba também os demais estados da região sul do Brasil. Nesse período, já circulavam inquietações entre intelectuais brasileiros relacionadas ao meio ambiente, fossem elas pelo viés econômico ou de preservação pelo valor intrínseco à natureza. Embora alguns parques nacionais começassem a ser estabelecidos, a área abrangida pela floresta com araucária permaneceu sendo vista principalmente como um recurso a ser explorado economicamente, sendo esse o direcionamento das políticas públicas voltadas ao seu manejo.

Como parte de uma preocupação por parte dos governantes com a possibilidade de continuidade de um setor econômico que apresentava grandes lucros, a criação do Instituto Nacional do Pinho buscava solucionar os problemas enfrentados pelos industriais madeireiros. Essa motivação resultou na implementação de parques florestais, inicialmente priorizando o plantio de araucárias. Conforme os experimentos realizados com a espécie nativa se distanciavam dos resultados esperados, o uso de espécies exóticas passou a ganhar

mais espaço na atuação do órgão. Além disso, o reflorestamento constava, na legislação da época, como uma obrigação a todos que fizessem o uso econômico das florestas, ainda que não fossem definidas diretrizes mais específicas para orientar a sua realização. Portanto, com o incentivo da possibilidade de aplicar parte dos impostos no reflorestamento, o uso de espécies exóticas também foi efetivado no âmbito da iniciativa privada.

O Parque Florestal João Goulart, por ter sido o último instituído pelo Instituto Nacional do Pinho, já na década de 1960, apresenta como principal diferença, em relação aos demais parques, o fato de não ter presenciado um período em que os monocultivos de araucária foram mais intensos do que o plantio de exóticas. Com a extinção do INP, a atuação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal frente às Florestas Nacionais consolidou o modelo produtivista de reflorestamento com espécies exóticas. O estudo dos aspectos históricos das atividades desenvolvidas na unidade, desde a sua criação, possibilita compreender como a paisagem encontrada hoje no local se constituiu ao longo dos anos, sendo o resultado de diversas intervenções antrópicas. Assim, a presença de áreas intercaladas de mata nativa e de cultivos de *Araucaria angustifolia*, *Pinus spp.* e *Eucalyptus spp.* dentro da área da FLONA Chapecó decorre das ações implementadas na Unidade desde a sua criação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDT, Marlon. **Uma História Ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História). UFSC, Florianópolis, 2012.
- BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.
- CARBONERA, Mirian et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.
- CARVALHO, Ely Bergo de. O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 417-442, 2016.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)**. Tese (Doutorado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Os fatores do desmatamento da floresta com araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. **Esboços (UFSC)**, v. 18, p. 32-52, 2011.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. O Instituto Nacional do Pinho e a questão do reflorestamento. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 77-97.
- CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 1, 2008. p. 33-48.
- CESCO, Susana. **Floresta, Agricultura e Cidade: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX**. Tese (Doutorado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.
- DUARTE, Regina Horta. The State of the Art of Brazilian Environmental History. **White Horse Press**, 2019. Disponível em: https://whitehorsepress.blog/2019/11/01/the-state-of-the-art-of-brazilian-environmental-history/?fbclid=IwAR0TEae-VYaVsYd6mjpA7DCpv1D0JYth_aGGODpcnB1w-ekuo8cW0oXgVtc. Acesso em: 24 de nov. de 2019.
- FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental**: territórios, fronteiras e biodiversidade. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 333-366.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

GASPER, André Luís de et al. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Ombrófila Mista. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, 2013. p. 201-210.

GASPER, André Luís de et al. Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina: espécies da Floresta Estacional Decidual. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, 2013. p. 427-443.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. Tese (Doutorado em História). UFSC, Florianópolis, 2013.

GRAEFF, Ademar; NAIBO, Gerson Junior; LIMA, Gisele Leite de; OTSUCHI, Cristina. Floresta Nacional de Chapecó (SC): Aproximações entre o trabalho de campo e o ensino de biogeografia. In: PINHEIRO, Lidriana de Souza; GORAYEB, Adryane (Orgs.). **Geografia Física e as Mudanças Globais**. Fortaleza: Editora UFC, 2019. p. 1-12.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Manejo para a Floresta Nacional de Chapecó-SC**. Santa Maria, 1989.

KLANOVICZ, Jó. **Natureza Corrigida**: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990). Tese (Doutorado em História). UFSC, Florianópolis, 2007.

KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de. (Orgs.). **História ambiental no sul do Brasil**: Apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda, 2012.

KLEIN, Roberto Miguel. Os tipos florestais com *Araucaria* em Santa Catarina. **Anais do XXXVI Congresso Nacional de Botânica**, Curitiba-1985. Brasília: IBAMA, 1990. p. 101-119.

LEITE, Pedro Furtado. Contribuição ao conhecimento fitoecológico do sul do Brasil. **Ciência & Ambiente**, v. 24, p. 51-73, 2002.

LUCA, Tania de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: A implementação do Pinus e as Práticas de Reflorestamento na região de Lages (1960-1990). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2010.

MORETTO, Samira Peruchi. **A domesticação e a disseminação da feijoa (*Acca sellowiana*) do século XIX ao século XXI**. Tese (Doutorado em História) UFSC, Florianópolis, 2014.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229-254, jan./abr. 2019.

MORETTO, Samira Peruchi; RIBEIRO, Michely Cristina. Manutenção versus Conservação: a criação do Parque Florestal em Chapecó. **Cadernos do CEOM (UNOCHAPECÓ)**, v. 33, p. 38-49, 2020.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, José; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 167-189.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs.). **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 35-53.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; DUTRA E SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). **História Ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 241-260.

NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo Silva (orgs.). **Desastres Socioambientais em Santa Catarina**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

NODARI, Eunice Sueli; GERHARDT, Marcos; MORETTO, Samira P.. **História Ambiental e Migrações**: Diálogos. Chapecó/São Leopoldo: Ed. UFFS e Editora Oikos, 2018.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 17-37.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição**: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 2006.

SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo**: 1946-2011. Dissertação (Mestrado em História). UPF, Passo Fundo, 2017.

SÁ, Débora Nunes de. Transformações na paisagem da Floresta Nacional de Passo Fundo – RS com monocultivo de araucária. In: NODARI, Eunice Sueli; CARVALHO, Miguel

Mundstock Xavier de; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs.). **Fronteiras fluidas**: florestas com araucárias na América Meridional. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 264-278.

SALINI, Ademir Miguel. **Colonização e meio ambiente**: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970). 2018. Dissertação (Mestrado em História). UFFS, Chapecó, 2018.

SILVA, Claiton Marcio; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian et al. (Orgs.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó: Argos, 2017. p. 181-214.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIBRANS, Alexandre Christian; McROBERTS, Ronald Edward; LINGNER, Débora Vanessa; NICOLETTI, Adilson Luiz; MOSER, Paolo. Extensão original e remanescentes da Floresta Ombrófila Mista em Santa Catarina. In: VIBRANS, Alexandre Christian; SEVEGNANI, Lucia; GASPER, André Luís de; LINGNER, Débora Vanessa (eds.). **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**: Floresta Ombrófila Mista. v. 3. Blumenau: Edifurb, 2013. p 25-31.

VIBRANS, Alexandre Christian; McROBERTS, Ronald Edward; MOSER, Paolo; LINGNER, Débora Vanessa; NICOLETTI, Adilson Luiz. Extensão original e remanescentes da Floresta Estacional Decidual em Santa Catarina. In: VIBRANS, Alexandre Christian; SEVEGNANI, Lucia; GASPER, André Luís de; LINGNER, Débora Vanessa (eds.). **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**: Floresta Estacional Decidual. v. 2. Blumenau: Edifurb, 2012. p. 25-31.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 198-215.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 5, n. 2, pp. 23-44, 2003.

Fontes

CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

Expressiva homenagem recebeu o Presidente do IBDF. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 5 de julho de 1969, ano VI, n. 205, p. 1 e 2.

KILINSKI, Miguel. Agencia Florestal do Municipio de Chapecó. **O Imparcial**: Jornal Independente. Diretor responsável Paulo Marques. Diretor proprietário Alexandre Tiezerini. Chapecó, 22 de abril de 1951, ano I, n. 9, p. 3.

LUZ, Sylvio Pinto da. Discurso do General Sylvio Pinto da Luz, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. In: Congresso Florestal Brasileiro. **Contribuições e trabalhos apresentados e pareceres das comissões**: Sessão solene de abertura. Curitiba, 1968, p. 17-18.

MENEZES, Lourival Bastos de. Cobertura Vegetal e perfis de solo do Município de Chapecó – Sta. Catarina. **O Imparcial**: Jornal Independente. Chapecó, 8 de junho de 1952, ano II, n. 63, p. 2 e 3.

Pinto da Luz inaugurou Pôsto de Fomento Florestal. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 9 de agosto de 1969, ano VI, n. 209, p. 4.

Presidente do IBDF chegará terça-feira e será na ocasião amplamente homenageado pela indústria extrativa. **Folha d'Oeste**. Diretores Homero Franco. Chapecó, 28 de junho de 1969, ano VI, n. 204, p. 1.

Presidente do IBDF, General Sylvio Pinto da Luz visitará a região. **Folha d'Oeste**. Diretores Homero Franco e Gabriel Dezen. Chapecó, 21 de junho de 1969, ano VI, n. 203, p. 1.

Presidente quer Brasil verde e madeireiros transmitindo profissão aos seus filhos. **Folha d'Oeste**. Diretor Homero Franco. Chapecó, 5 de julho de 1969, ano VI, n. 205, p. 2.

RECIBO E MEMORIAL GLEBA I. Chapecó, 21 de dezembro de 1961. Acervo da FLONA Chapecó.

SERPA, Salustiano. **Editais**. A Voz de Chapecó. Chapecó, 12 de maio de 1940, ano I, n. 44, p. 2.